



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA
A CIDADE QUE EU QUERO

Revisão do Plano Diretor de João Pessoa
e legislações complementares

Sumário Executivo

2023

REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA
E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES

2023



SUMÁRIO EXECUTIVO



**CADA VEZ
MELHOR**



FICHA CATALOGRÁFICA

Consórcio — João Pessoa Sustentável — PDMJP.
Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP).
Fase V — Cartilha e Sumário Executivo.

100 páginas.

Endereço do Contratante:

Rua Empresário Clovis Rolim, 2051 — Andar 22 S.
2201 a 2206, andar 23 S.2301 a 2306, andar 24 S.
2401 a 2406 — Bloco B, Bairro Ipes, João Pessoa,
PB, CEP 58.028-873.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prefeito Municipal

Cícero de Lucena Filho

Vice-prefeito Municipal

Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

José William Montenegro Leal

SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Márcio Diego F. Tavares Albuquerque

COORDENADOR GERAL DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros

SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Thiago Diniz Pereira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ariosvaldo de Andrade Alves

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Marcos Vinícius Sale Nobrega

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA MUNICIPAL

Maria América de Assis Castro

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL

Socorro Gadelha

SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÃO

Kaio Márcio Ferreira Costa de Almeida

SECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Rougger Xavier Guerra Júnior

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Luís Ferreira de Sousa Filho

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Vaulene de Lima Rodrigues

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Guido Lemos de Sousa Filho

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Diego Fabricio Cavalcanti de Albuquerque

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Antonio Fábio Soares Carneiro

SECRETARIA DE FINANÇAS E FAZENDA

Brunno Sitonio de Oliveira

SECRETARIA DA RECEITA

Sebastião Feitosa Alves

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Rubens Falcão da Silva Neto

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Welison Araújo Silveira

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Ivonete Porfírio Martins

SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA

João Almeida

SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Lucas Henriques de Queiroz Melo

AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Ricardo José Veloso

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA

Marcus Alves

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Caroline Ferreira Agra

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA

Expedito Leite da Silva Filho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Bruno Nóbrega

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Kelson de Assis Chaves

COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Daniella Bandeira

EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - ETIM

NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISE URBANA (NEAU - SEPLAN)

Valéria von Buldring (Presidente)
Thália Karenina M. de Alencar Paiva
Juliana de Camargo Barbosa
Emanuella Nobre Venâncio Rodrigues
Marcus Vinícius Cuquejo Sodré

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Diretoria de Planejamento Urbano (DPU)

Marcos Nóbrega (Titular)
Raphaela Eiras (Suplente)

Coordenadoria de Patrimônio Cultural (COPAC)

Rosemildo Jacinto O. Júnior (Titular)
Leonardo Lira Amorim (Suplente)

Diretoria de Geoprocessamento e Cadastro Urbano (DIGEOC)

Jordana Coimbra Nunes (Titular)
Niedja de A. Brito Lemos (Suplente)

Divisão de Cadastro (DC)

Rayssa Mendes

Diretoria de Controle Urbano (DCU)

Geórgia Martins (Titular)
Giovanni Alencar (Suplente)

Licenciamento Mercantil (LICAMB)

Samya Rafaella Negreiros

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

Rubens Falcão (SEINFRA-PMJP)
Ayrton Lins Falcão Filho (SEPLAN-PMJP)
George Cunha (APENGE-PB)
Fábio Sinval (SINDUSCON-PB)
Otávio Falcão (CREA-PB)

SECRETARIA DA RECEITA (SEREM)

Adenilson Ferreira (Titular)
José Leonildo M. Cavalcanti (Suplente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL (SEM HAB)

Glaciene Aquino (Titular)
Kátia Cilene (Suplente)

SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA (SEMOB)

Sheila Freire (Titular)
Adalberto Alves de Araújo (Suplente)

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE (SEMAM)

José Jandui de F. Jacinto Junior (Titular)
Antônio Cláudio C. de Almeida (Suplente)

AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (EMLUR)

José Dantas de Lima (Titular)
Josué Peixoto Flores Neto (Suplente)

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC)

José Renato B. E. Lins (Titular)
Antônio Esteves Neto (Suplente)

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA)

Rodrigo Pacheco (Titular)
Joyce Alves (Suplente)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEDURB)

Síndio F. de A. Bisneto (Titular)
Erasmus Rocha Lucena (Suplente)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PROGEM)

Sérgio de Melo D. Júnior (Titular)
Thaciano R. de Azevedo (Suplente)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO (SEDEST)

Vaulene de Lima Rodrigues (Titular)
João Bosco Ferraz de Oliveira (Suplente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (SETUR)

Ferdinando José L. Medeiros (Titular)
Bento Correia Lima (Suplente)

EQUIPE MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Alexandre Magno do Nascimento Segundo
Anderson Thiago de Oliveira Monteiro
Carlos Alberto de Mendonça Ribeiro
Carlos Cesar Ferreira Muniz
Célia de Paiva Araujo Pontes
Desival Alixandre da Silva
Elias Alves dos Santos Júnior
Gustavo Nóbrega de Lima
José Neto Junior
Jorge Freitas do Amaral
Luanna Damascena dos Santos
Marcus Cuquejo
Mariana Raiza Silva Ferreira Vasconcelos
Perla Felinto Nogueira Luksys
Rodolfo Augusto Alencar Freire
Roberto Pereira Rodrigues
Vaneska Costa Toscano de Brito

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMAM)

Anderson Leite Fontes Júnior
Arinaldo Inácio das Neves
Arthur Marcel Brasileiro Guimarães
Jam's Temóteo
Jersey Alexandre Barros
Jocélio Araujo dos Santos
Juliane Sousa de Ataíde
Márcia Gomes Cavalcanti
Yuri Rommel Vieira Araújo
Zayne Christina Gonçalves Moreira

SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA (SEMOB)

James Affonso Dantas Ribeiro
Thatyana da Silva Guimarães

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEDURB)

Ana Moema Targino Fiuza
Auricélia Ferreira de Paulo
Angelo Miguel Fernandes Lea
Julião Ferreira da Silva Filho

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL (SEM HAB)

Rute Calado

SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR (SEPP)

Danilo Vieira Falconi de Carvalho
Edson Silva de Souza
Jandersson de Lima Menezes
Jório Pereira dos Santos Toscano de Brito

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PROGEM)

Alynne Menezes Brindeiro de Araujo
Gustavo Bedê Aguiar

UNIDADE EXECUTORA DE PROJETO - BID (UEP)

Caio Mário Silva e Silva

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

Coordenadora Geral — Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo — Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Coordenadora Operacional — Arquiteta Urbanista

Manoela Fajgenbaum Feiges

Gerente de Projeto — Engenheiro Civil

Douglas Christofari Viero

Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Advogado

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman

Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel

Arquiteta Urbanista

Joana Borges Doyle Lontra

Arquiteto Urbanista

Clovis Ultramari

Arquiteto Urbanista

Juliano Geraldi

Arquiteto Urbanista

Renato Stall Filho

Economista

Mariano de Matos Macedo

Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Engenheiro Ambiental

Helder Rafael Nocko

Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros

Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles

Engenheira Cartógrafa e Agrimensora

Cecília Parolim Ferraz

Engenheiro Ambiental e Sanitarista

Bruno Gomes Camargo

Geóloga

Cristiane Oliveira Moura

Geólogo

Flávio Henrique Freitas e Silva

Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

Geógrafo

Paulo Henrique Costa

Socióloga

Fabiane Baran

Técnico da Informação

João Marcos Leiria

Jornalista

Sérgio Luiz Zacarias

Jornalista

Matheus Rocha Carneiro

Administradora

Viviane Cristina Cardoso

Assistente Administrativo

Luara Andrade Godoi

Representante Local

Rita de Cassia Xavier dos Santos

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Ilana Kruchelski

Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

Lucas Albuquerque Souza

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Sofia de Toledo Cenci

Estagiário de Letras — Português e Polonês

Ricardo Henrique Junior Kopietz Lopes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Caracterização municipal	13
O Plano Diretor	14
	15

FASE I - PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA E MOBILIZAÇÃO

Fases da revisão	17
Agentes envolvidos	18
Metodologia	18
Produtos e eventos	19
	20

FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Construção do diagnóstico	23
Inserção e características regionais	24
Planejamento e gestão territorial	25
Caracterização e análise socioeconômica	27
Caracterização e análise ambiental	28
Caracterização e análise do uso e ocupação do solo	31
Questão fundiária e moradia	34
Mobilidade	37
Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos	38
Finanças públicas e capacidade de investimento	43
	45

FASE III - DIRETRIZES E PROPOSTAS

Conceitos norteadores	47
Contribuições da sociedade	48
Cenário tendencial e cidade desejada	48
Projetos estratégicos	50
Hierarquia viária	55
Ordenamento do território	59
Instrumentos urbanísticos	60
	70

FASE IV - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Plano de Ação e Investimento	73
Minutas de lei, decretos e instruções	74
	92

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referências bibliográficas	95
Referências ícones e gráficos	96
	97





APRESENTAÇÃO

Os Planos Diretores são uma importante conquista da sociedade para o planejamento urbano, pois definem estratégias de longo prazo para o ordenamento territorial e para as políticas setoriais que precisam ser incorporadas pela gestão pública nos principais instrumentos do orçamento municipal.

O Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP), de 1992, trouxe importantes ganhos aos pessoenses, ao ser construído de forma participativa e já regulamentando a criação de instrumentos urbanísticos, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), na tentativa de combater as desigualdades sociais e de distribuir de forma equânime os ônus e bônus da urbanização. Devido à necessidade de atualização e de reestruturação da política urbana do município, em abril de 2021 iniciou-se a revisão do PDMJP.

Esse trabalho foi desenvolvido em cinco fases:

- Fase I — Pactuação da Metodologia e Mobilização
- Fase II — Análise Temática Integrada
- Fase III — Diretrizes e Propostas
- Fase IV — Plano de Ação e Investimento e institucionalização do PDMJP
- Fase V — Sumário Executivo e capacitação

Este documento consiste no **Sumário Executivo** e faz parte da Fase V, compreendendo o volume síntese dos trabalhos resultantes do processo de revisão do PDMJP, e apresentando as suas principais conclusões. É estruturado em quatro capítulos correspondentes a cada uma das fases do processo.

A íntegra dos estudos pode ser consultada nos relatórios de cada etapa, disponíveis no endereço eletrônico www.pdjp.com.br.

CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

Fundada em 1585, a capital do estado da Paraíba, João Pessoa, é uma das cidades mais antigas do país e possui um rico patrimônio histórico e cultural. A cidade nasceu às margens do rio Sanhauá e o seu avanço se deu no sentido do bairro Tambaú, em direção ao mar. Ao longo do processo de urbanização, cresceu ao norte, ainda na região litorânea no sentido de Cabedelo, e, na sequência, ao sul. Esse crescimento, seguindo o exemplo de outros municípios brasileiros, deu-se de forma desordenada e espraiada, tornando a cidade desconectada e com pouco aproveitamento de infraestrutura.

Atualmente, João Pessoa abriga uma população de 833.932 habitantes, assim estimada pelo IBGE em 2022, configurando-se como a cidade mais populosa do estado e a 20ª do país, sendo a capital que mais cresce no Nordeste do Brasil (IBGE, 2022). Junto a outros 11 municípios, compõe a Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) e faz limite com os municípios de Conde, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, e com o oceano Atlântico.

Os principais acessos rodoviários à cidade se dão pela BR-101, vinda de Pernambuco, e pela BR-230, vinda do interior da Paraíba até o norte, em Cabedelo. Outras importantes infraestruturas de conexão são o Porto de Cabedelo, o Aeroporto Internacional Castro Pinto, situado em Santa Rita, e o sistema de trens urbanos, o qual traz um diferencial logístico para toda a região e facilita o acesso a João Pessoa.

A cidade também se destaca pela posição geográfica — é o ponto mais oriental da América — e pelo seu acervo histórico, por suas paisagens naturais e pela orla marítima, que fazem do município um centro atrativo para o turismo nacional e internacional.

A cidade recebeu em 2022 e 2021, respectivamente, os títulos de segunda capital mais verde do mundo, pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), e de cidade criativa pela Unesco. Por outro lado, possui um elevado índice de desigualdade e de vulnerabilidade social, assim como outras capitais da região Nordeste e do Brasil.

Somados ao crescimento desordenado, aos elevados índices de desigualdade e de vulnerabilidade, e ao expressivo crescimento populacional das últimas décadas, os desafios que se apresentam ao planejamento e desenvolvimento urbano são grandes, exigindo o empenho e a participação de toda a sociedade para tornar a cidade compacta, resiliente e justa para toda a sua população.





O PLANO DIRETOR

Os Planos Diretores permitem promover novos conceitos para o desenvolvimento sustentável das cidades e as políticas públicas de longo prazo, garantindo o fortalecimento econômico, a valorização das potencialidades locais, a cooperação social, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida.

O Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP) vigente foi aprovado pela Lei Complementar N.º 03/1992 e sofreu diversas atualizações no decorrer do tempo que o adequaram à Lei Federal N.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) — em especial a Lei Complementar N.º 54/2008, consolidada pelo Decreto Municipal N.º 6.499/2009.

A Lei de 1992 trouxe inovações para a política de planejamento urbano do município, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). No entanto, o crescimento demográfico acentuado, o aumento das ocupações irregulares, a especulação imobiliária e o espraiamento urbano resultaram na desigualdade da distribuição das infraestruturas e dos equipamentos públicos que é percebida atualmente.

Nesse contexto, vale destacar a obrigatoriedade legal de revisão do Plano Diretor a, pelo menos, cada dez anos, definida pela Lei Federal N.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), processo esse que deve contar com a participação popular, recebendo as percepções da população sobre o município e contribuições para o seu futuro.

A revisão do PDMJP de 2021–2023 se enquadra no Programa João Pessoa Sustentável, assinado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Contando com ampla análise técnica e comunitária e levando em consideração os conceitos norteadores estabelecidos pelo Termo de Referência (TDR), o PDMJP traça diretrizes para o desenvolvimento dos próximos 10 anos do município.

Tendo em consideração o exposto, a revisão do PDMJP visa reordenar a cidade para um futuro mais sustentável, resiliente, justo e participativo, definindo objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, de modo a garantir a função social da cidade e da propriedade e a distribuição equitativa dos bens e serviços à população.





FASE I PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA E MOBILIZAÇÃO

Na Fase I da revisão do PDMJP, foi pactuada a metodologia que será aplicada no processo, além de mobilizadas as equipes municipais e da empresa consultora, a sociedade pessoense. Nessa fase também ocorreu a ambientação entre as equipes e com o território.

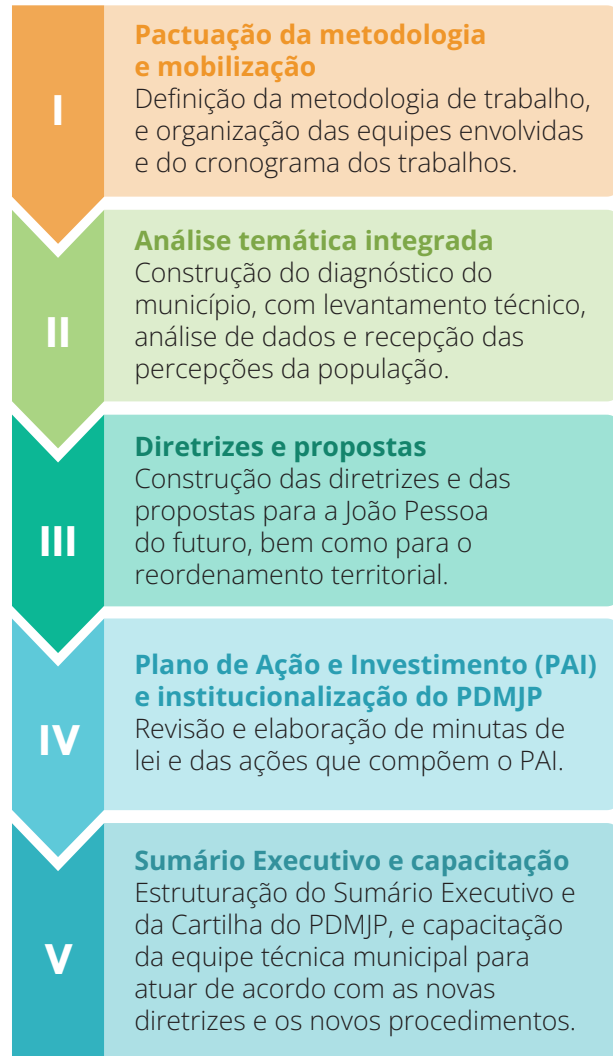
É importante salientar que a metodologia proposta e pactuada seguiu as recomendações previstas no Termo de Referência, tanto para a análise técnica quanto para a comunitária.

Nessa fase, foi construído o plano de trabalho, contendo o cronograma de eventos e atividades, foram definidas as metodologias técnica e participativa, incluindo as formas de contribuição por parte da população, foram indicados os agentes de acompanhamento envolvidos e a representante local da empresa contratada, e foram estabelecidas as formas de divulgação de todo o processo, com a criação do site específico (www.pdjp.com.br) no qual todos os eventos e documentos produzidos foram divulgados e disponibilizados.

Todas essas atividades foram sistematizadas e entregues no **Produto P1, nomeado como Metodologia e Mobilização**. Além desse documento, também foi entregue o *Relatório R1*, que apresenta o registro de todos os eventos realizados na Fase I, os quais consistem em reuniões técnicas, reuniões de coordenação e a **1ª Audiência Pública**.

FASES DA REVISÃO

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP) foi dividido em cinco fases:



AGENTES ENVOLVIDOS

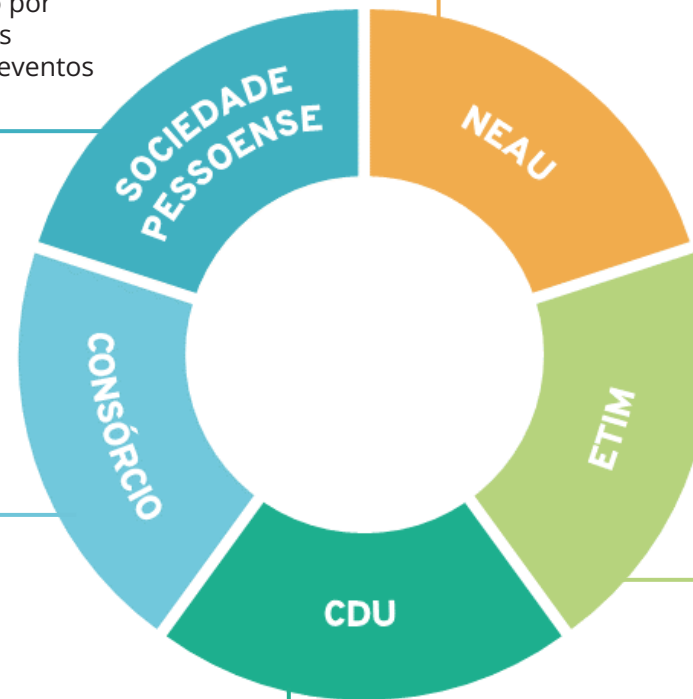
A sociedade pessoense foi envolvida em todos os trabalhos realizados e pôde participar do processo de revisão por meio de diversos canais disponibilizados e dos eventos participativos.

O Consórcio João Pessoa Sustentável – PDMJP, composto por uma equipe técnica qualificada, realizou os estudos e as propostas e organizou os eventos referentes à revisão.

O Núcleo de Estudos e Análise Urbana (NEAU) teve a função de coordenar a ETIM, bem como de gerenciar todo o processo de revisão do PDMJP.

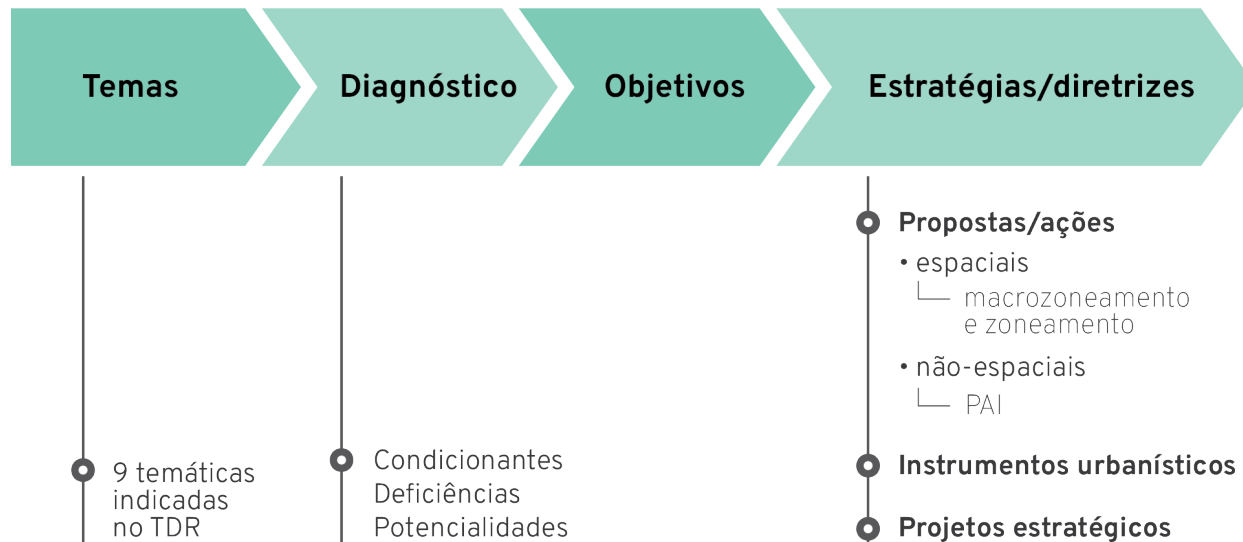
A Equipe Técnica de Integração Municipal (ETIM) representou a prefeitura municipal, reunindo membros das diversas secretarias envolvidas, deu suporte às atividades desenvolvidas e aprovou os produtos entregues.

O Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) reuniu membros do poder público e representantes da sociedade, e acompanhou os trabalhos realizados.



METODOLOGIA

METODOLOGIA TÉCNICA



Empregada na análise técnica dos dados pela equipe do consórcio, a metodologia técnica proposta para a revisão do PDMJP foi baseada na estruturação indicada pelo Termo de Referência (TDR), criando uma sequência lógica que percorreu cada uma das fases.

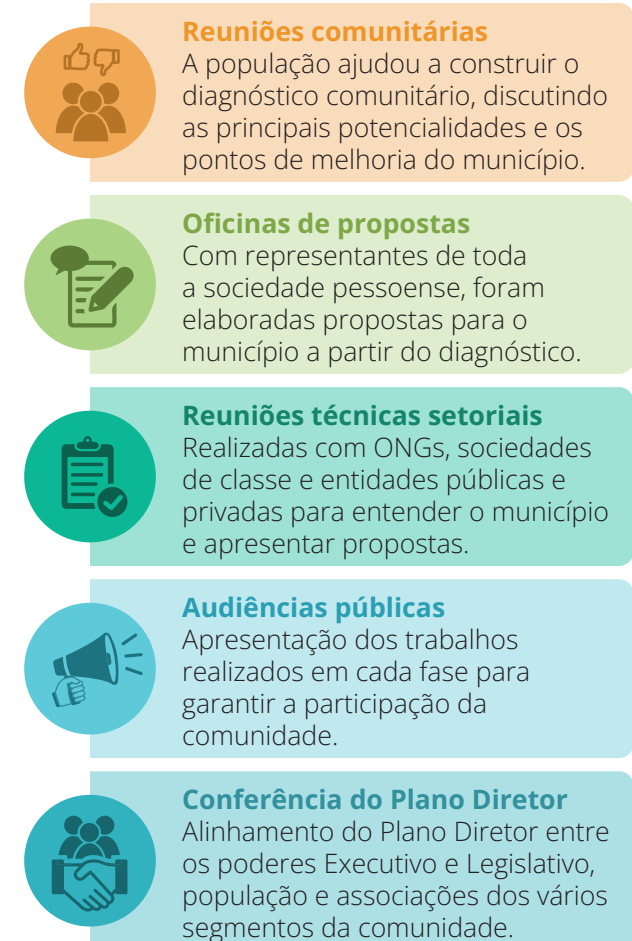
Partiu-se das nove **temáticas indicadas no TDR** (abordadas neste documento no capítulo referente à Fase II), identificando as problemáticas do município a fim de compor o seu **diagnóstico**. Na sequência, a análise técnica permitiu a definição dos **objetivos da revisão** e, a partir disso, foram definidas as estratégias e diretrizes que nortearam o processo.

Essas **estratégias e diretrizes** resultaram em propostas e ações tanto espaciais — no macrozoneamento e no zoneamento — quanto não espaciais — desenvolvidas no Plano de Ação e Investimento (PAI), definindo a sua realização conforme a um critério de prioridades e à capacidade de investimentos e de gestão do município.

Com as estratégias e diretrizes definidas, foram também selecionados os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e foram desenvolvidos projetos estratégicos para permitir que o município alcance os objetivos da revisão do PDMJP.

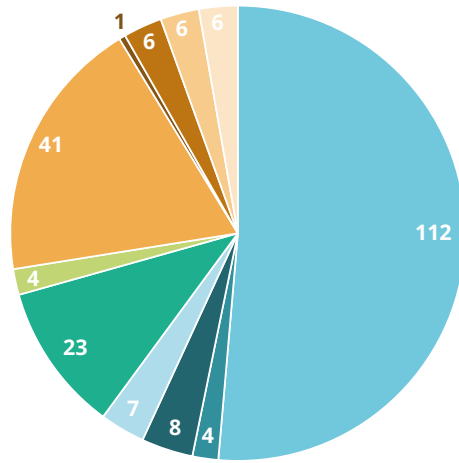
METODOLOGIA PARTICIPATIVA

A metodologia participativa baseou-se na realização de eventos participativos de natureza técnica e comunitária, e no recebimento de contribuições *online* pelos diversos canais de comunicação disponibilizados à população.



PRODUTOS E EVENTOS

218 eventos realizados



Eventos técnicos

- Reunião Técnica Temática
- Reunião Técnica
- Reunião Técnica de Capacitação
- Reunião Técnica Preparatória
- Reunião de Coordenação
- Capacitação

Eventos participativos

- Reunião Técnica Setorial
- Conferência
- Audiência Pública
- Reunião Comunitária
- Oficina de Propostas



FASE I

Produtos

- P1** Relatório de Metodologia e Mobilização
- R1** Registro de Eventos da Fase I

Eventos

- Reuniões Técnicas
- Reuniões Técnicas Temáticas
- Reunião Técnica Preparatória
- Reuniões de Coordenação
- 1ª Audiência Pública**



FASE II

Produtos

- P2** Relatório do Diagnóstico Técnico
- P3** Relatório do Diagnóstico Comunitário
- P4** Relatório Síntese dos Diagnósticos Técnico e Comunitário
- R2** Registro de Eventos da Fase II

Eventos

- Reuniões Técnicas
- Reuniões Técnicas Temáticas
- Reuniões Técnicas Preparatórias
- Reuniões de Coordenação
- Reuniões Técnicas Setoriais**
- Reuniões Comunitárias**
- 2ª Audiência Pública**



FASE III

Produtos

- P5** Relatório de Diretrizes e Propostas
- R3** Registro de Eventos da Fase III

Eventos

Reuniões Técnicas
Reuniões Técnicas Temáticas
Reuniões Técnicas Preparatórias
Reuniões de Coordenação

Reuniões Técnicas Setoriais
Oficinas de Propostas
3ª Audiência Pública



FASE IV

Produtos

- P6** Relatório do PAI e Institucionalização do PDM
- R4** Registro de Eventos da Fase IV

Eventos

Reuniões Técnicas
Reuniões Técnicas Temáticas
Reuniões Técnicas Preparatórias
Reuniões de Coordenação



FASE V

Produtos

- P7** Relatório do Sumário Executivo e Cartilha do PDMJP
- R5** Registro de Eventos da Fase V

Eventos

Capacitação da nova legislação

Conferência Municipal

HOTEL GLOBO



FASE II ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A Fase II da revisão do PDMJP teve o objetivo principal de construir os diagnósticos técnico e comunitário do município de João Pessoa. Para essa construção, fez-se necessária a coleta de dados primários — provenientes de pesquisa *in loco* — e secundários — resultantes de informações e dados já existentes e disponíveis.

O diagnóstico técnico teve por base essa coleta de dados e informações junto aos técnicos da prefeitura municipal e a outros órgãos municipais, estaduais e federais, incluindo concessionárias prestadoras de serviços públicos e instituições de pesquisa, além de levantamentos de campo realizados pelo consórcio. A consolidação desses trabalhos foi apresentada no *Produto P2 — Diagnóstico Técnico*, estruturado nos nove eixos temáticos elencados pelo Termo de Referência.

Para a construção do diagnóstico comunitário, apresentado no *Produto P3 — Diagnóstico Comunitário*, foram realizadas seis **Reuniões Comunitárias**, organizadas para atender às quatorze Regionais de Participação Popular. Esses eventos serviram para que a sociedade apresentasse as suas percepções sobre a atual situação do município.

Os resultados da análise técnica e comunitária fundamentaram a construção do *Produto P4 — Síntese dos Diagnósticos Técnico e Comunitário*, que consiste em uma síntese integrada do diagnóstico municipal. Esses trabalhos foram apresentados na **2ª Audiência Pública**, realizada em novembro de 2021, que contou com mais de 300 pessoas presentes e foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura de João Pessoa no YouTube. O registro dos eventos participativos realizados nessa fase foi entregue no *Relatório R2*.

CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do município foi realizado a partir das informações e dos dados obtidos em mapeamentos disponibilizados pelos órgãos públicos, bem como com as **contribuições feitas pela população nas reuniões comunitárias**. Desse modo, ele foi composto pelos diagnósticos técnico e comunitário.

Nos eventos públicos, os participantes puderam ter as suas dúvidas esclarecidas, e apresentarem críticas e sugestões ao trabalho. Foram também convidados a apresentarem as suas próprias percepções, relacionando pontos positivos e negativos que justificassem as demandas para o planejamento do município.



DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO

Desenvolvimento econômico

Há a demanda por incentivos fiscais, políticas de apoio às micros e pequenas empresas, e cursos profissionalizantes, e a necessidade de centros de reciclagem.

Uso do solo e mobilidade

Há reclamações quanto ao transporte coletivo, à ligação entre os bairros, à abrangência restrita das ciclovias e à falta de infraestrutura das vias, principalmente em relação à pavimentação e à acessibilidade das calçadas.

Meio ambiente e habitação

Há a necessidade de regularização fundiária e atenção à preservação ambiental, precariedade do saneamento básico, carência da coleta de esgoto e de resíduos sólidos, e a demanda por projetos de educação ambiental.

Serviços e equipamentos comunitários e sociais

Há falhas no atendimento da saúde, necessidade de creches e de melhorias nas escolas, e demandas de CRAS, segurança pública, quadras esportivas e centros culturais.

DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Para a análise técnica, foram utilizadas as oito temáticas elencadas no Termo de Referência, que influenciam a estruturação, a dinâmica e o processo de uso e ocupação do território. A partir da leitura técnica, foi levantado o **cenário real** do município para cada temática desta revisão do PDMJP, que estão elencadas a seguir:



Inserção e características regionais



Planejamento e gestão territorial



Caracterização e análise socioeconômica



Caracterização e análise ambiental



Caracterização e análise do uso e da ocupação do solo atual



Questão fundiária e moradia



Mobilidade (urbana, rural e regional)



Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais



Finanças públicas e capacidade de investimento do município

INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

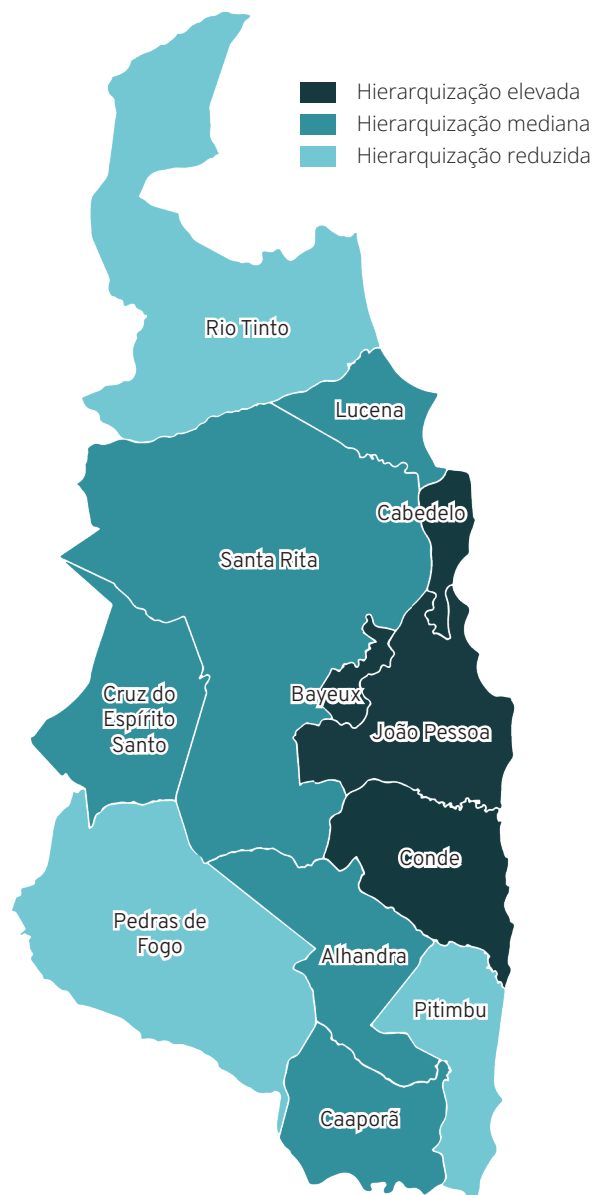
João Pessoa é a capital do estado da Paraíba e uma das mais antigas cidades do Brasil. Fundada em 1585 às margens do rio Sanhauá, concentrou um crescimento inicial em direção ao mar, e teve um expressivo crescimento populacional entre os anos 2010 e 2022, tornando-se a 7ª cidade mais populosa do Nordeste brasileiro, e uma das que mais cresceu na região.

Com cerca de 30 km de praias, é um dos mais procurados destinos do Nordeste brasileiro (JOÃO PESSOA; ICES, 2014), o que dá destaque ao **setor de turismo do município**, que se concentra na região central e na orla, ao lado da forte **representatividade econômica do setor de serviços e dos setores industrial e agropecuário** (JOÃO PESSOA; ICES, 2014; JOÃO PESSOA; IDOM-COBRAPE, 2014).

Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP)

No contexto regional, **João Pessoa é a sede da região metropolitana**, possuindo um papel-chave no seu desenvolvimento. Chama a atenção, porém, a falta de um órgão gestor para o planejamento das políticas públicas de interesse metropolitano, dificultando a implantação de projetos que atendam aos diversos municípios.

Quanto à integração metropolitana, segundo a análise das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) (BRASIL, 2015), o grau de metropolização mais elevado ocorre entre João Pessoa, Conde, Bayeux e Cabedelo.



Condicionantes ambientais e saneamento metropolitano

Os principais rios e a vegetação no entorno têm importante papel como divisores dos municípios da RMJP. A sul, os rios Gramame e Mumbaba, cercados por uma larga área de vegetação, fazem a divisa com Conde. A oeste, na divisa com Bayeux e Santa Rita, há uma faixa de vegetação junto ao rio e açude Marés, importante para a captação de água potável. Mais a norte, ainda na divisa com Santa Rita e Bayeux, encontram-se os rios Sanhauá e Paraíba, e grandes áreas de mangues. Destacam-se, ainda, as unidades de conservação, as terras quilombolas e os assentamentos agrícolas.

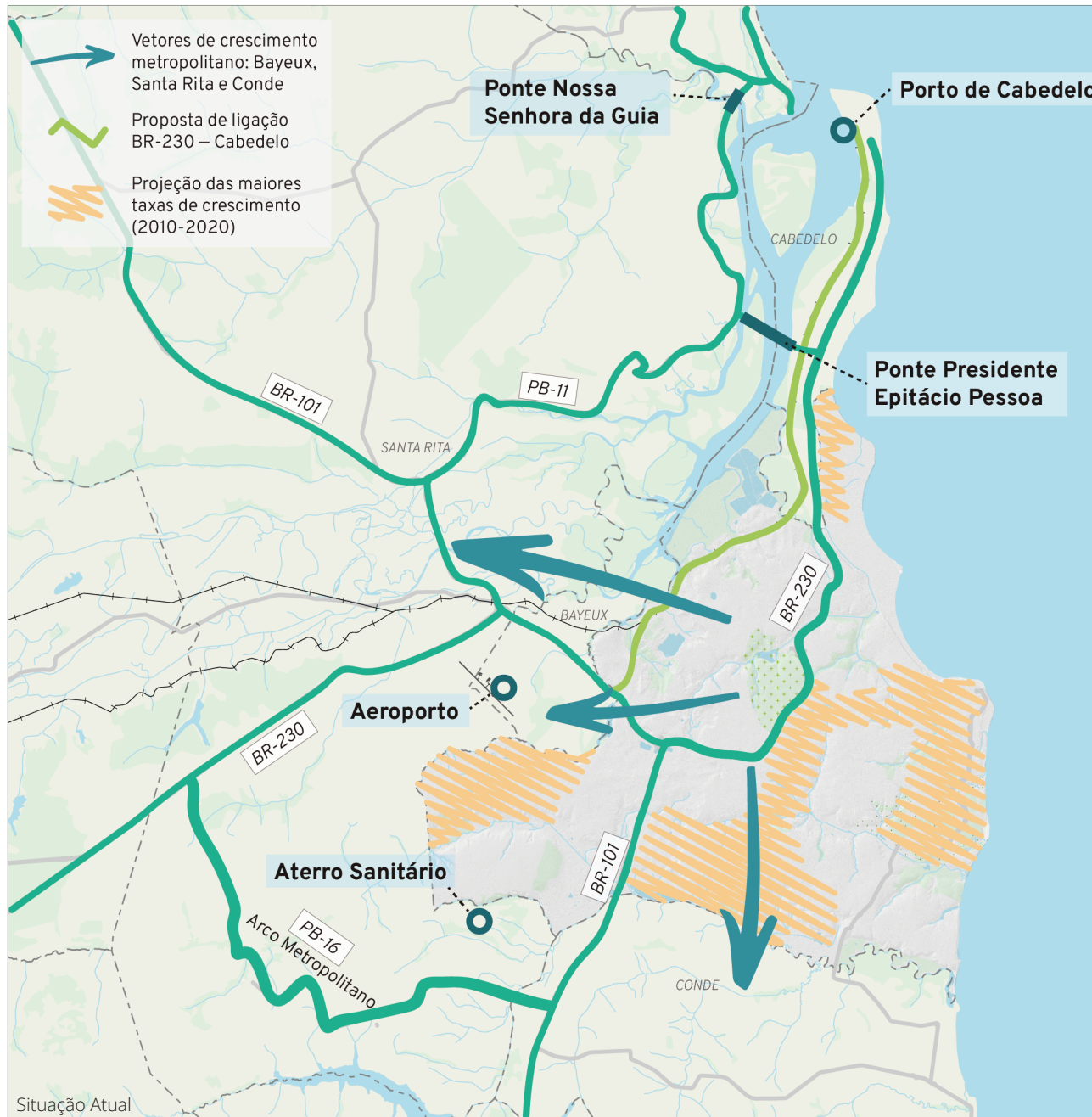
Quanto ao saneamento, há uma grande **desigualdade na distribuição** de infraestrutura.

Dinâmica econômica

Conforme uma análise feita pelo IBGE (2022) dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, destaca-se na questão econômica a centralidade exercida por João Pessoa, que corresponde a **67% do PIB** de toda a RMJP.

Dinâmica metropolitana

A relação de João Pessoa com as cidades limítrofes reproduz fenômenos observados em outras metrópoles brasileiras, onde o município polo perfaz um cenário de dependência em termos de emprego, comércio e serviços.



Características da população

Demografia

O IBGE estimou para o ano de 2020 uma população superior a 1,3 milhão de habitantes para a RMJP, da qual 833,9 mil vivem na capital. Nota-se que as **taxas de crescimento populacional da RMJP vêm desacelerando** nas últimas décadas, passando de 2% ao ano na década de 90, para 1,10% entre 2010 e 2020. Em João Pessoa, esses índices foram de 2,06 e de 15,3, respectivamente, representando uma aceleração vertiginosa no crescimento populacional da última década.

Renda

Merece destaque a **elevada desigualdade de João Pessoa**, conforme apontado pela análise do Índice de Gini. Apesar da redução na última década, **o índice continua elevado e acima da média estadual**. Em 2019, enquanto o **índice do estado equivaleu a 0,559**, em **João Pessoa ele foi de 0,592** (IBGE, 2010, 2019) — o zero representa uma situação de igualdade plena, e o valor 1 extrema desigualdade.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

Reúne três componentes: **Infraestrutura Urbana, Capital Humano, e Renda e Trabalho**. Quanto mais próximo estiver de 1, maior será a vulnerabilidade do ente analisado. No período que vai de 2000 a 2010, João Pessoa apresentou uma melhora, passando de 0,393 para **0,286** (IPEA, 2015).

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Plano diretor anterior

A análise do planejamento e da gestão territorial de João Pessoa tem o objetivo de **compreender a capacidade da gestão municipal em ordenar o território** e cumprir com as diretrizes estabelecidas nos instrumentos de planejamento.

Sendo o **instrumento básico de desenvolvimento e expansão urbana**, é de suma importância a análise do Plano Diretor Municipal (PDM) anterior, instituído em 1992 e adaptado em 2008, e de outros instrumentos de planejamento e gestão do território no município de João Pessoa.

Lei complementar N.º 03/1992

Instituição do PDM vigente



Lei complementar N.º 54/2008

Adequação do PDM
ao Estatuto da Cidade

o Plano Diretor de 1992 regulamentou os conceitos de **função social da cidade e da propriedade** por duas linhas, consolidando o interesse coletivo e a preservação dos patrimônios ambiental e cultural, e compatibilizando o uso e a ocupação do solo com a capacidade da infraestrutura instalada.

Legislação e instrumentos

O arcabouço legal do município na matéria urbanística é formado por um conjunto de Leis relacionadas ao plano diretor. Em João Pessoa, ele é anterior à instituição do plano diretor.

Código de Obras Da década de 1970, funcionou, por vezes, como legislação sobre o uso e a ocupação do solo urbano, e o parcelamento.

Código de Urbanismo Trata das questões de uso e ocupação e do parcelamento do solo, sendo composto por uma série de leis, decretos e portarias que foram iniciados em 1973 e sofreram diversas alterações ao longo dos anos.

Código de Posturas Revisado na sua totalidade em 1995, carece de nova atualização.

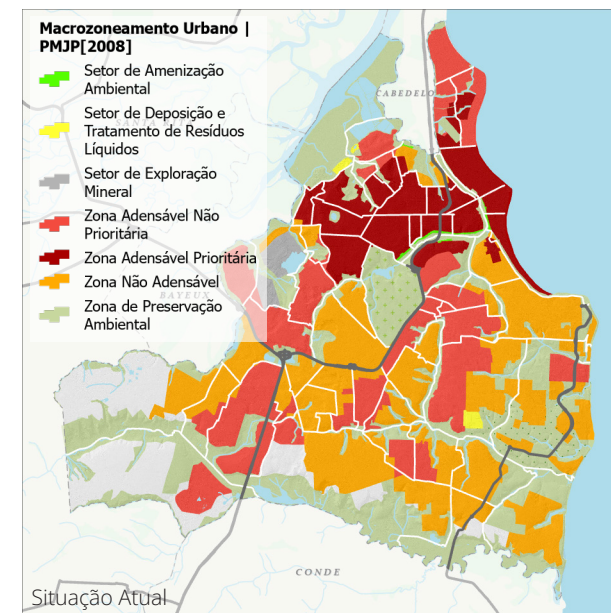
Fundo de Urbanização Instituído no PDM de 1992 e regulamentado em 1995.

Outorga Onerosa do Direito de Construir Instituída no PDM de 1992 e regulamentada em 2005.

Transferência do Potencial Construtivo Instituída pelo decreto que regulamentou a OODC, foi incluída na revisão do PDM de 2008 e regulamentada na sua especificidade em 2011.

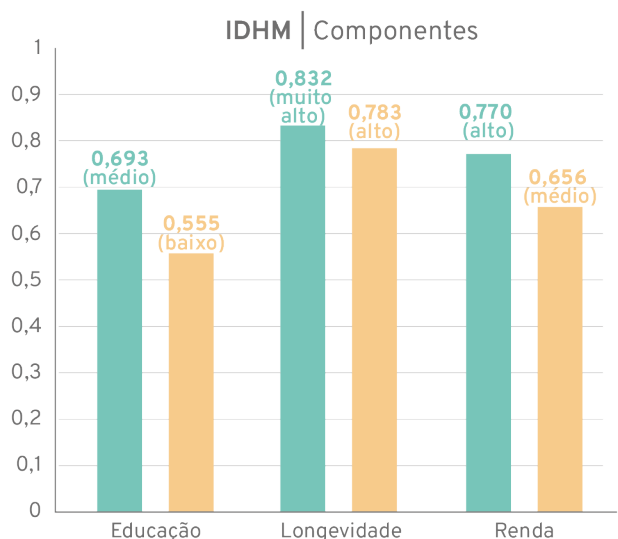
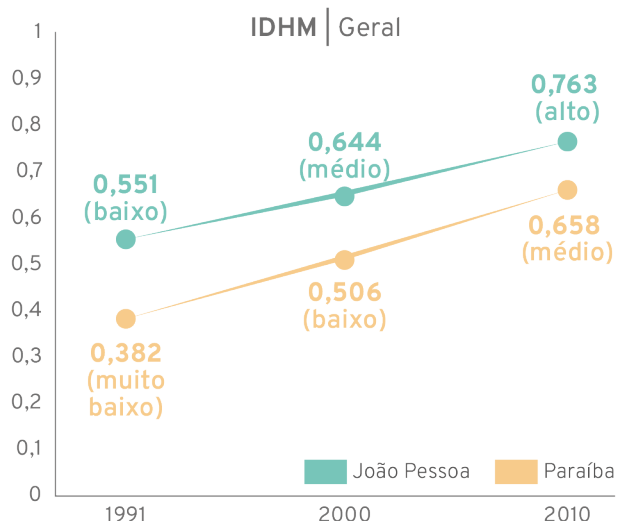
Legislação de uso e ocupação do solo

A legislação referente especificamente ao uso e à ocupação do solo tem sido modificada desde 2008 por sucessivos decretos. De modo geral, o último deles (Decreto Municipal N.º 9.718/2021), mesmo estabelecendo um novo regramento para a matéria, fez modificações pontuais.



A análise da legislação indicou a necessidade de mudanças na categorização e nos seus parâmetros. O descumprimento da legislação, causado por dúvidas no seu entendimento e desatualizações sob mudanças cotidianas imprevisíveis ou incontrolláveis, fez com que **os parâmetros idealizados para as zonas não fossem atingidos**.

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

João Pessoa acompanhou o movimento de variação positiva do IDHM no período de 1991 a 2010, que, de maneira geral, também abrangeu os demais municípios brasileiros. Quando analisados separadamente, os componentes do IDHM refletem situações socioeconômicas com diferentes desempenhos.

Educação

A **educação apresenta a menor contribuição entre os componentes do IDHM**, que considera **longevidade, educação e renda**. Mesmo com desempenho mais favorável comparado ao do conjunto estadual, João Pessoa ainda apresenta índices elevados de baixa escolaridade (IBGE, 2010; IBGE, 2019).

Há um **elevado índice de abandono e de reprovação escolar**. Ainda, ao passo que o número de crianças nas creches aumentou, o número de estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio diminuiu.

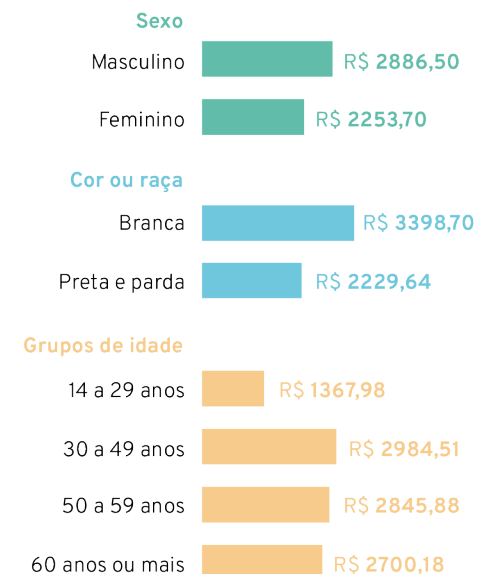
Saúde

De acordo com os valores de IDHM, João Pessoa apresenta **índice elevado no componente longevidade**, sugerindo boas condições de saúde e salubridade locais (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Nos levantamentos de 2010 e 2020, João Pessoa, assim como todo o conjunto paraibano, apresentou **reduções das taxas de cobertura da rede de Atenção Primária à Saúde**.

Renda

João Pessoa apresenta um IDHM de alto desenvolvimento no componente renda. Não obstante, o conjunto de análise de outros indicadores demonstra um **cenário de concentração e desigualdade de renda**, sinalizando demandas socioassistenciais devido ao contingente de vulnerabilidade.

Interseccionando dados de sexo e raça, o município de João Pessoa demonstra uma assimetria expressiva nas rendas médias masculina e feminina, bem como entre populações brancas, pardas e pretas. Em relação aos grupos de idade, os menores rendimentos foram observados nas populações mais jovens.



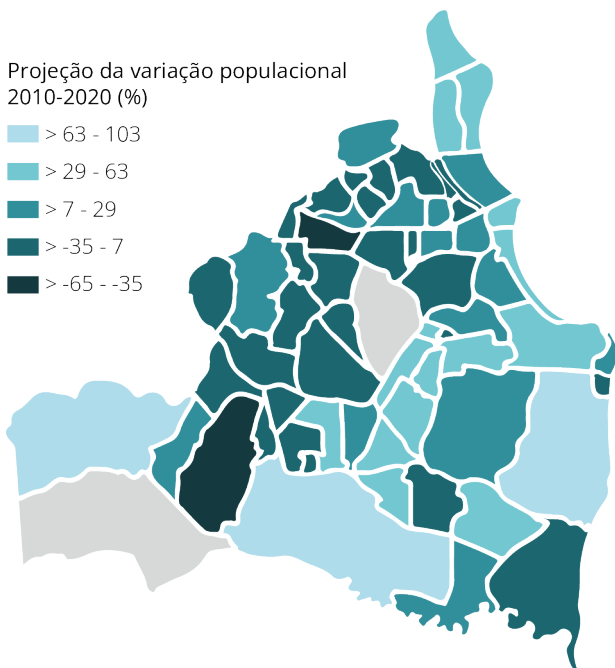
Crescimento demográfico e distribuição territorial

João Pessoa tem registrado uma paulatina desaceleração no crescimento demográfico, conforme os dados do IBGE (1991, 2000, 2010), e apresenta tendência de contínua diminuição do ritmo de crescimento até 2050 (JOÃO PESSOA; IDOM-COBRAPÉ, 2014). Entre 1991 e 2000, o município registrou um aumento em seu contingente populacional de 20,2%, com uma taxa média de crescimento de 2,06% a.a. Entre 2000 e 2010, foi registrado um aumento de 21%, com taxa de crescimento de 1,92% a.a.

Os dados domiciliares dos últimos levantamentos censitários demonstram mudanças significativas na disposição da população no território municipal, destacando as novas formas de consumo do espaço.

Projeção da variação populacional 2010-2020 (%)

- ■
- ■
- ■
- ■
- ■



Habitação

Entre 2000 e 2010, o número de domicílios da capital cresceu cerca de 40,1%, enquanto o crescimento populacional do município cresceu 21%. A mudança nos arranjos familiares, com aumento de domicílios com um ou dois moradores e queda de domicílios com cinco ou mais, embasa essa diferença.

	2000	2010	
	7,1%	10,4%	↑ nº de domicílios com um morador
	15,2%	21,4%	↑ nº de domicílios com dois moradores
	31,5%	20%	↓ nº de domicílios com cinco ou mais moradores

O município é marcado pelo elevado contingente populacional que reside em locais precários e de forma inadequada.



Segurança

Para a compreensão das condições de segurança pública e bem-estar da população, pode-se tomar como ponto de partida os fenômenos de criminalidade e vitimização.

Para a análise dos indicadores de João Pessoa, foram utilizados como valores de referência as médias do conjunto de capitais brasileiras.



Quando comparada às médias das capitais brasileiras, João Pessoa apresenta índices expressivos de criminalidade e violência.

Potencial dos setores primário, secundário e terciário

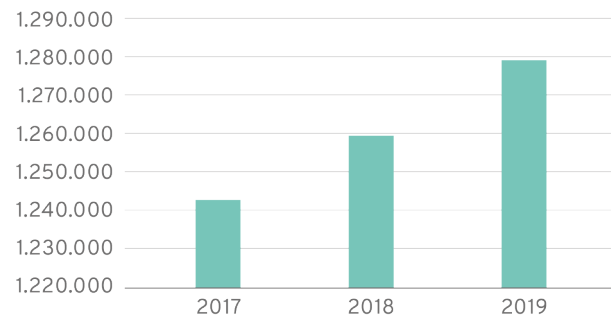
É possível avaliar o potencial dos setores primário, secundário e terciário, entre 2006 e 2019, a partir do **aumento do número de vínculos de empregos formais**. Merecem destaque as atividades de educação, saúde e turismo, a fabricação de produtos cerâmicos e têxteis, e os serviços de tecnologia da informação.

Em relação à área da tecnologia da informação, existe um compromisso em impulsionar o avanço da inovação, especialmente nas áreas de tecnologias sociais para a saúde, tecnologias educacionais, economia criativa, soluções governamentais, turismo, planejamento urbano e cidades inteligentes, e tecnologias sustentáveis.

Potencial turístico

No período de 2017 a 2019, observa-se que mesmo em uma conjuntura de crise que atinge a economia brasileira desde 2014, o fluxo global de turismo aumentou de forma expressiva. Isso indica a **vitalidade e o potencial da “indústria do turismo” no município**.

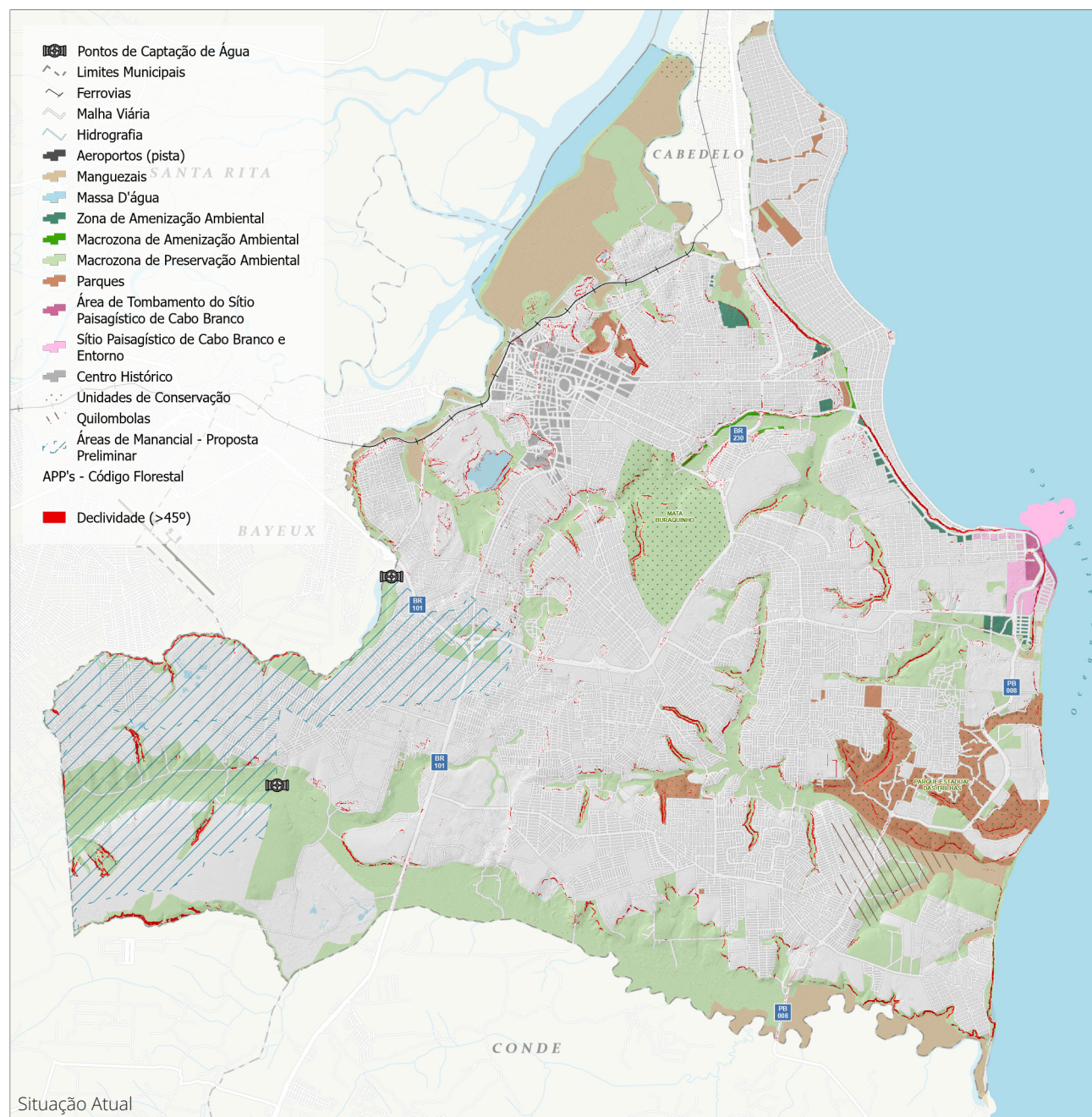
Fluxo global de turismo em João Pessoa



CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL

A cobertura de terra em João Pessoa é diversificada e contém **áreas antropizadas intercaladas com áreas de vegetação nativa.**

A distribuição das áreas antropizadas segue, de modo geral, os locais aparentemente mais favoráveis à antropização, como **áreas carentes de vegetação densa e terrenos mais planos e afastados dos corpos hídricos.**



Áreas com restrições ambientais

Compreendem as porções do território que estão **legalmente protegidas** por algum nível de restrição para resguardar especificidades de ordem física ou natural, favorecendo a conservação da biodiversidade, que exercem relevantes funções ambientais e ecossistêmicas. Envolve Unidades de Conservação (UCs), Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de mananciais e zonas com restrições específicas instituídas pela legislação municipal.

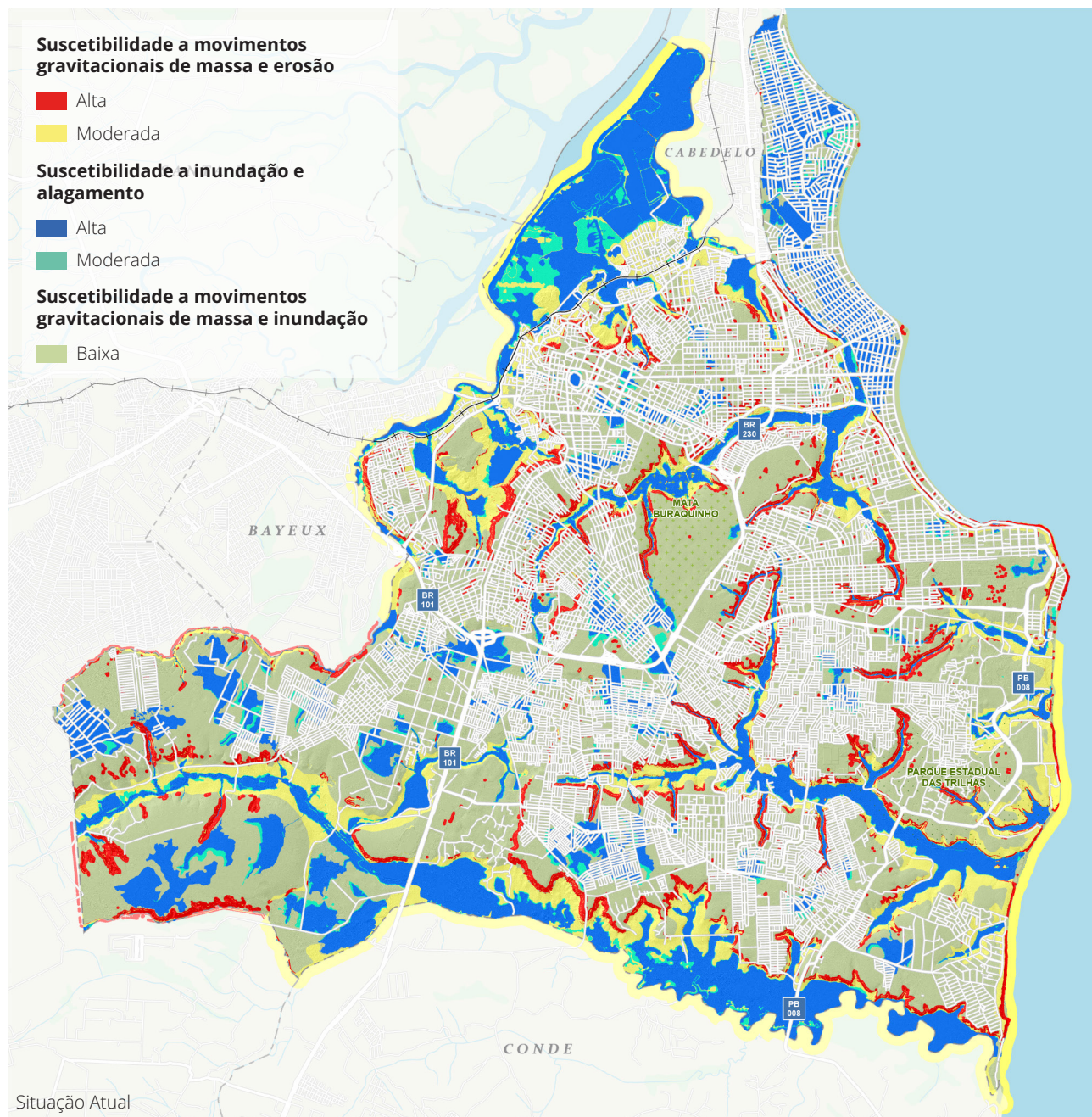
De modo geral, percebe-se uma **fragmentação das áreas com restrição**, havendo uma maior concentração nos extremos do município.

Áreas suscetíveis a inundações

O mapa de suscetibilidade a inundações, alagamentos, e movimento gravitacional de massa e/ou erosão, é a **base para a carta geotécnica de aptidão urbanística**, com foco nos processos de instabilidade que podem ser deflagrados pela ocupação urbana.

Alguns setores do município de João Pessoa com restrições geotécnicas e ambientais relacionadas a inundações, movimento gravitacional de massa e erosão, encontram-se **parcialmente ocupados ou em processo de expansão**, assim como regiões de bordas de tabuleiro que deveriam ser destinadas à preservação e à conservação.

Os levantamentos em campo indicaram que o **relevo plano associado às baixas declividades** minimiza a ocorrência de enxurradas, embora **favoreça os processos de inundações e alagamentos**.



Carta geotécnica de aptidão à urbanização

A integração dos dados do meio físico permitiu estabelecer a compartimentação geotécnica do município de João Pessoa. Foram estabelecidos onze tipos de unidades geotécnicas, agrupadas em quatro classes de aptidão à urbanização: **Alta, Moderada, Baixa e Inapta.**

TIPO I

Alta

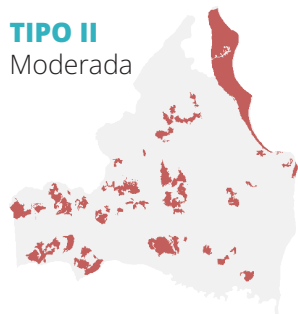


Tabuleiro costeiro

Áreas planas sobre substrato rochoso, que em função de baixas declividades, coberturas pedológicas e substrato rochoso, são bastante favoráveis à ocupação humana.

TIPO II

Moderada



Paleoplanícies marinhas

Áreas planas de baixa declividade, com substrato arenoso, de baixa coesão e capacidade de suporte, onde há a presença de aquíferos suspensos que devem ser drenados para a ocupação.

TIPO III

Moderada



Paleodunas

Depósitos arenosos inconsolidados que constituem remanescentes de dunas desmanteladas. Possuem características geotécnicas semelhantes ao Tipo II.

TIPO IV

Moderada



Área de vertente

Áreas constituídas de solos residuais com declividades entre 20% e 30%, com grande potencial de instabilidade.

TIPO V

Baixa



Vertentes íngremes com declividades superiores a 30% e inferiores a 100%

Áreas com de moderada a elevada suscetibilidade a movimento de massa, nas quais é proibida a ocupação urbana, salvo em casos específicos.

TIPO VI

Inapta



Borda de tabuleiro

Áreas planas com baixas declividades e elevada sensibilidade ambiental, preservadas da ocupação como forma de proteção da erosão dos taludes íngremes a elas associados.

TIPO VII

Inapta



Dolina

Feições circulares em substrato carbonático, onde ocorre o afloramento do lençol freático, formando pequenas lagoas.

TIPO VIII

Inapta

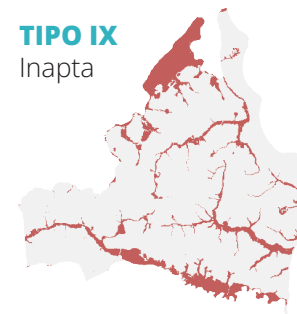


Praia

Depósito de sedimentos arenosos inconsolidados acumulados por ações das ondas. São zonas de proteção da erosão marinha e a ocupação de obras civis permanentes não deve ser permitida.

TIPO IX

Inapta



Planície de inundação fluvial

Áreas que margeiam os cursos d'água, impróprias à ocupação urbana devido à sua alta suscetibilidade a inundações.

TIPO X

Inapta

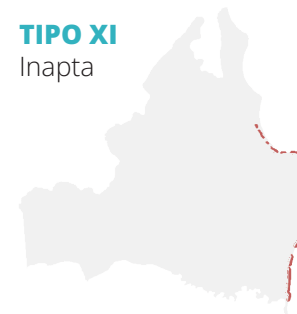


Vertentes íngremes com declividades superiores a 100%

Ocorrem quase em totalidade nas áreas de vertente das falésias, e têm Alto risco geotécnico devido à movimentação gravitacional.

TIPO XI

Inapta



Vertentes íngremes de falésias com inclinações superiores a 173%

Setores das falésias com vertentes verticalizadas a subverticalizadas, com risco de queda de blocos e desmoronamento.

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

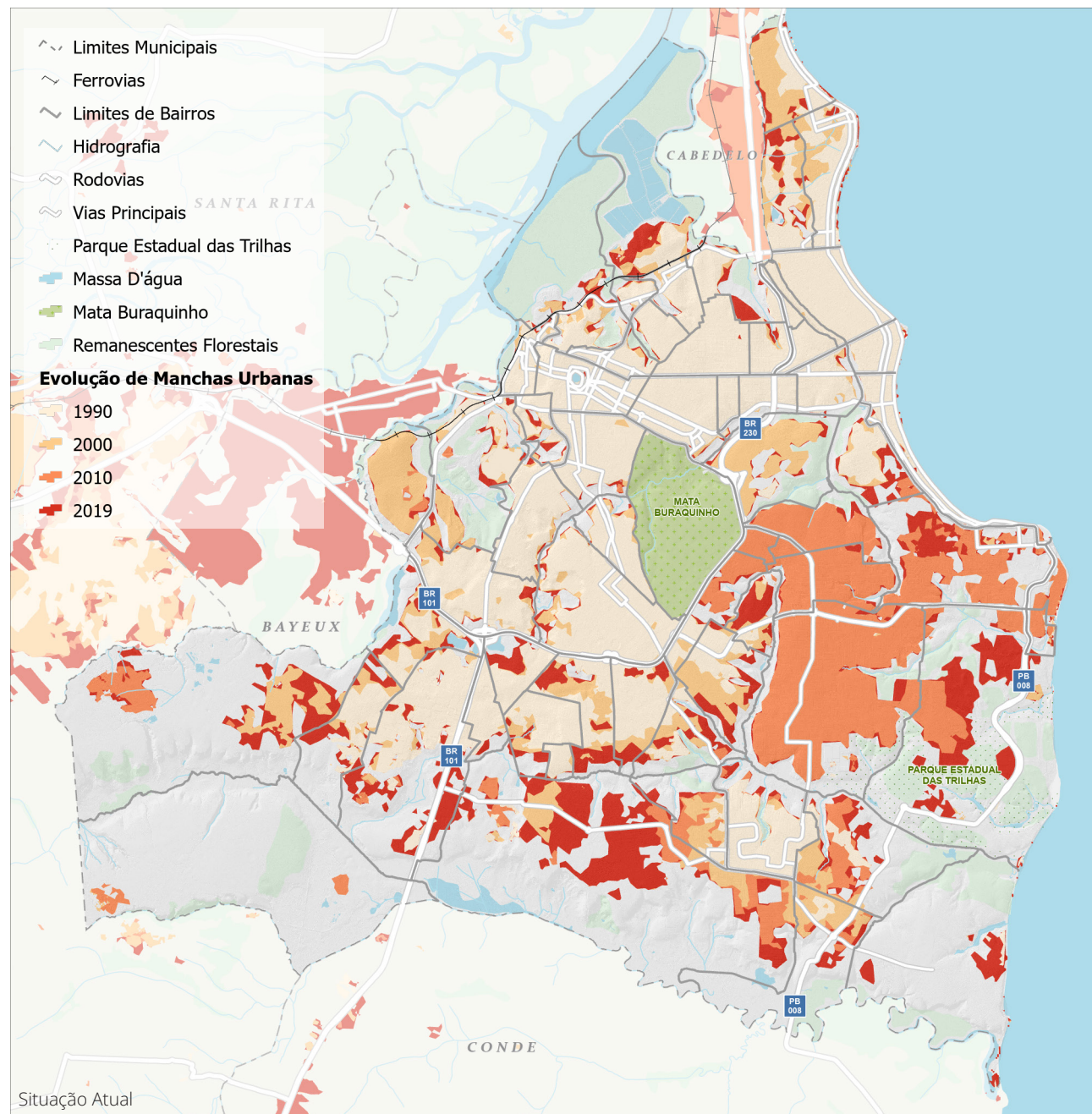
Evolução da mancha urbana

A mancha urbana de João Pessoa tem destacada tendência de crescimento para as **regiões sul e oeste**, a área urbanizada apresenta relativo espraiamento e o perímetro urbano ocupa uma grande porção do território municipal.

Destaca-se a transformação de áreas rurais em urbanas nas últimas duas décadas, com grande pressão de ocupação em áreas **ambientalmente frágeis**, que não comportam a urbanização.

Os vetores de crescimento a sul são mais recentes, tendo incorporado uma grande porção de área em um curto período de tempo. A oeste, esse crescimento se dá em boa parte pela densificação da região metropolitana, nos municípios de Bayeux e Santa Rita, com grande **tendência de conurbação** com a área urbana de João Pessoa.

Problemas de **espraiamento e vazios** observados na malha da cidade colaboram para um cenário de não atendimento às demandas por infraestruturas básicas, como esgotamento sanitário, arborização e urbanização adequada de vias públicas (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).



Centralidades

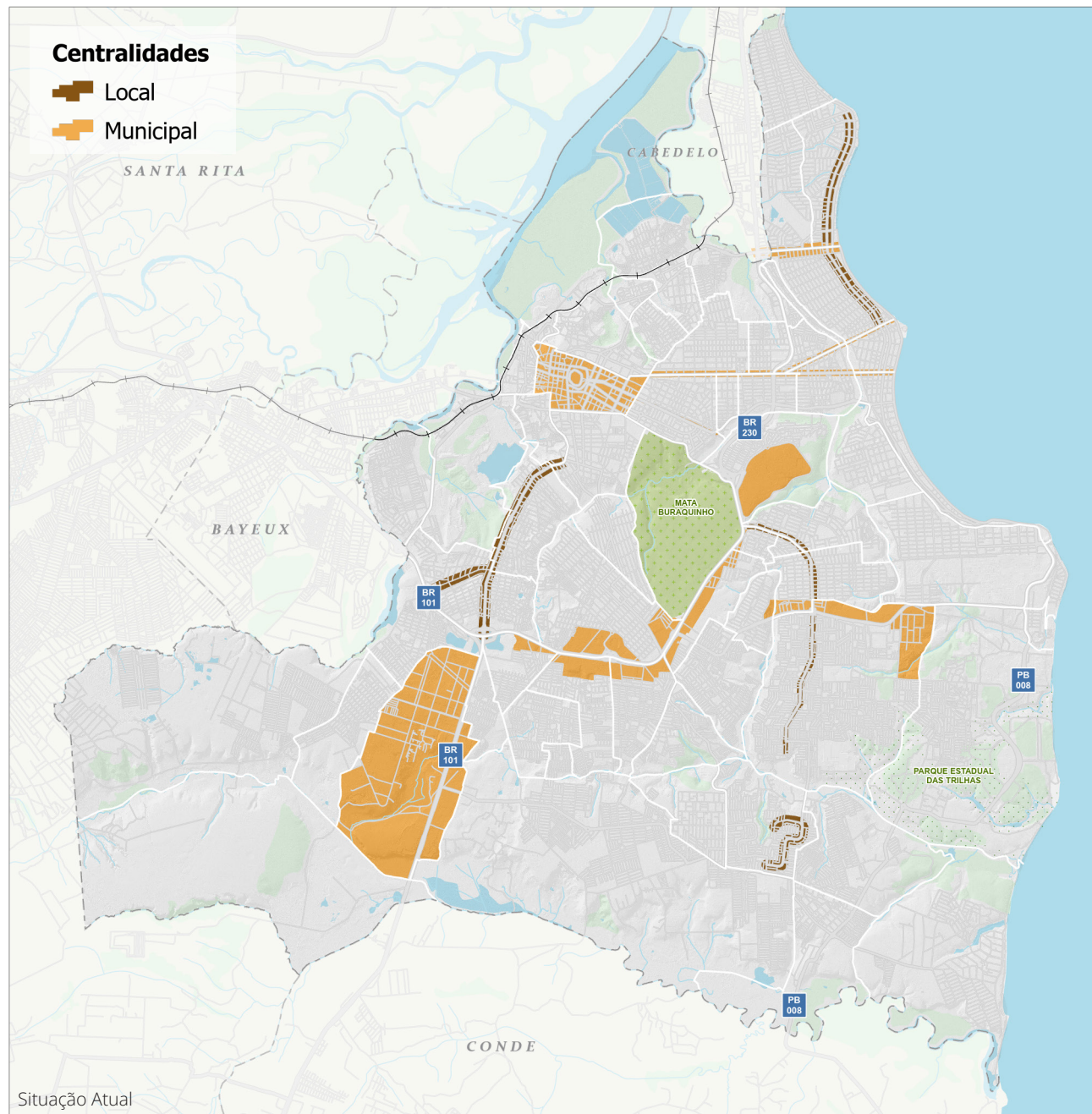
As informações do Plano de Mobilidade (JOÃO PESSOA, 2020), o mapa de uso do solo e a espacialização dos dados da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), permitem a definição das principais centralidades do município, ou seja, os **compartimentos do território com atração de tráfego**.

Centralidades municipais exercem atração sobre todo o território municipal, enquanto as **centralidades locais** atuam sobre o seu entorno imediato.

De modo geral, observa-se uma concentração da **atividade industrial** na região sudoeste do município, junto à BR-101, no Distrito Industrial.

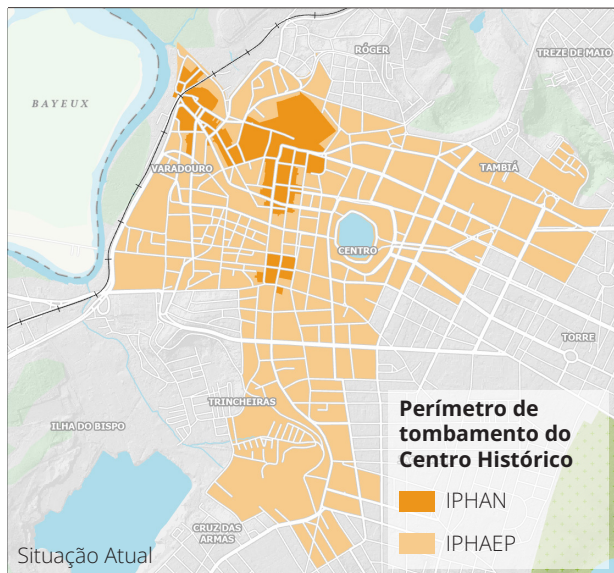
A **atividade de comércio e serviço**, por sua vez, apresenta grande dispersão no território, sendo observadas concentrações na região do centro e ao longo de grandes eixos.

Ainda, observa-se centralidades com concentração de **usos não residenciais** no interior dos bairros, que configuram-se como centralidades de âmbito local.



Patrimônio Histórico e Cultural Tombado

- **1975** Definição de uma poligonal de interesse do patrimônio pelo PDM vigente.
- **1982** Tombamento do centro histórico pelo Decreto Estadual N.º 9.484.
- **1992** O patrimônio da área central passou a constar definitivamente no plano diretor, com a criação de zonas específicas.
- **1997** Início dos esforços de preservação de alguns edifícios.
- **2004** Aprovação do tombamento do Centro Histórico, com nova delimitação do zoneamento e dos procedimentos de intervenção e uso, por meio do Decreto Estadual N.º 25.138.
- **2009** Tombamento de perímetro pelo IPHAN.

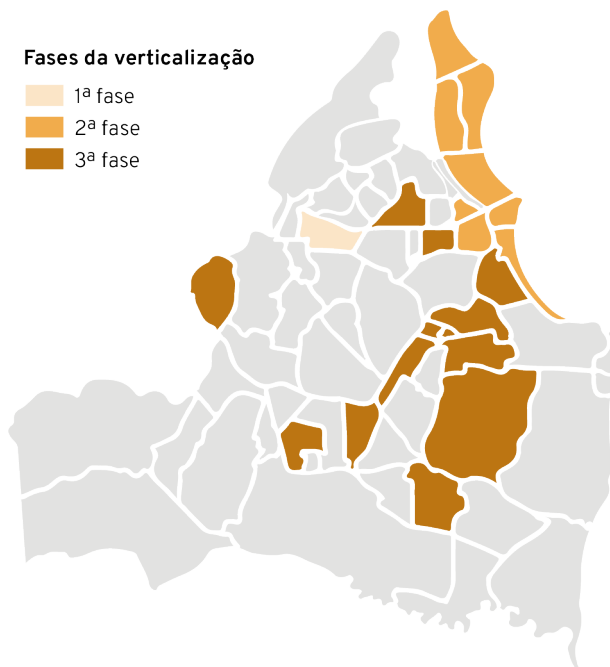


Adensamentos horizontal e vertical

Andrade (2017) estabeleceu **três fases de verticalização** em João Pessoa. Na **primeira**, dos anos 1950 aos 1970, a introdução de edifícios altos na paisagem urbana fez parte das estratégias de modernização da cidade. A **segunda**, do final da década de 1970 até 2005, contou com edifícios habitacionais com mais de 10 pavimentos, sobretudo na região norte. Já a **terceira** fase teve início com a regulamentação da Outorga Onerosa em João Pessoa (Decreto Municipal N.º 5.454/2005).

Fases da verticalização

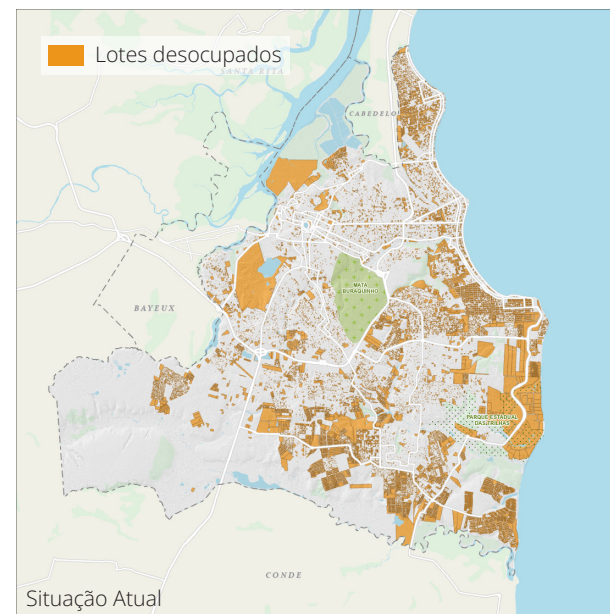
- 1ª fase
- 2ª fase
- 3ª fase



Quanto ao adensamento horizontal, o processo **desordenado de expansão intraurbana** tem provocado **prejuízos à sustentabilidade e à qualidade de vida** no município.

Vazios urbanos

Além das grandes áreas ou zonas que não atingem o limite superior da densidade adequada ou proposta pelo zoneamento, são observadas **grandes manchas de vazios urbanos** no município, sobretudo na sua **extremidade sul**.



45.691 famílias inscritas no cadastro habitacional da SEMHAB em 2021

45.773 lotes vazios no município, conforme dados da PMJP de 2021

↘ **Déficit habitacional**

QUESTÃO FUNDIÁRIA E MORADIA

Zonas Especiais de Interesse Social

DAS 76 ZEIS,

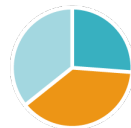
52 (55%)
têm lei específica

42 (45%)
não têm lei específica



23 (44%)
têm infraestrutura
15 (29%)
têm infraestrutura parcial
14 (27%)
não têm infraestrutura

73%



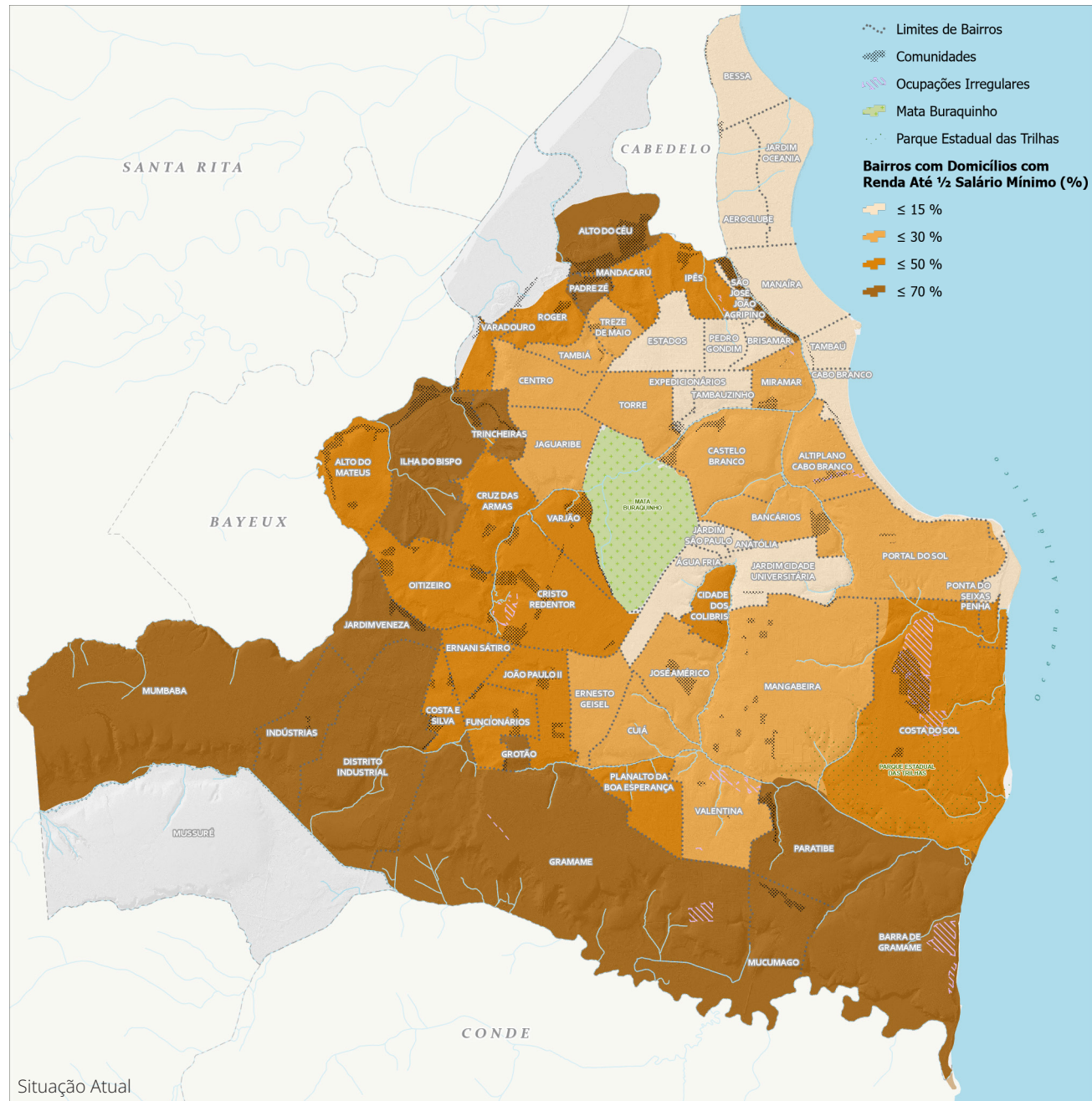
11 (26%)
têm infraestrutura
15 (36%)
têm infraestrutura parcial
16 (38%)
não têm infraestrutura

62%

Assentamentos informais

A população de baixa renda de João Pessoa se encontra em processo de periferização, o que provoca movimentos pendulares e ocupações irregulares em áreas sem infraestrutura urbana ou inadequadas à moradia.

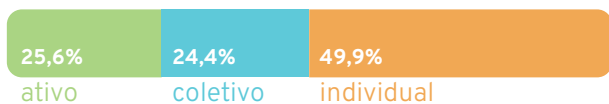
Em João Pessoa, **mais de 90% dos bairros possuem núcleos urbanos informais**, registrando-se um número de 100 mil pessoas que vivem em condições subnormais.



MOBILIDADE

Escolhas de modais

Sobre as escolhas de modais por parte da população, destaca-se **o uso do transporte individual (49,9%) em detrimento ao transporte coletivo (24,4%) e aos modais ativos (25,6%)** (JOÃO PESSOA, 2020), chegando a representar sozinho o equivalente aos demais modais somados.



Quanto à relação entre modo de transporte e renda, é relevante o intenso uso do automóvel pela população na faixa de renda acima de cinco salários-mínimos (JOÃO PESSOA, 2020).

Tais dados indicam que são necessárias as urgentes **revitalização do sistema de transporte coletivo e qualificação das estruturas para caminhabilidade e ciclomobilidade**, buscando incentivar a mudança de hábitos nos deslocamentos, e tornando as alternativas ao transporte individual mais atrativas, seguras e competitivas.

Hierarquia viária

O sistema viário de João Pessoa é tratado no Código de Urbanismo pela Lei N.º 2.102/1975. A sua hierarquia se estrutura a partir das tipologias:



Sistema viário, centros e subcentros

O sistema viário principal de João Pessoa se apresenta em **forma radial** a partir do bairro Centro, sendo a principal **conexão circular concêntrica à BR-230**, complementada pela BR-101. Essas rodovias são responsáveis pela **maior conexão sentido norte-sul**.

A existência da BR-230 **seccionando o tecido urbano**, a presença de uma grande zona de preservação ambiental na porção central, ladeando a BR, e os diversos pontos de declividade acentuada distribuídos pelo município, tornam a conectividade do sistema viário de João Pessoa um desafio. Além disso, a BR-230 mostra estar alcançando o seu **limite de capacidade** de fluxo.

Nesse sentido, **manter o bairro Centro como a única centralidade** e, portanto, o ponto de confluência da população em busca de determinados serviços e tipos de comércio, em horários concentrados, **mostra-se insustentável a médio e longo prazos**. Tal situação gera concentração de deslocamento de veículos, custos, desgaste ambiental e problemas de engarrafamento e estacionamento.

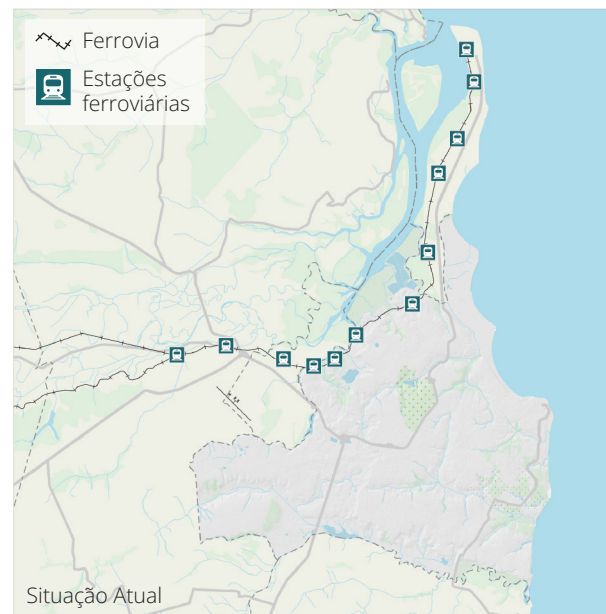
Carga e descarga e estacionamentos

A área central de João Pessoa, de modo geral, é considerada como de interesse histórico e há, portanto, uma necessidade de regulamentação e fiscalização a respeito da dinâmica de carga e descarga e estacionamentos nesse perímetro.

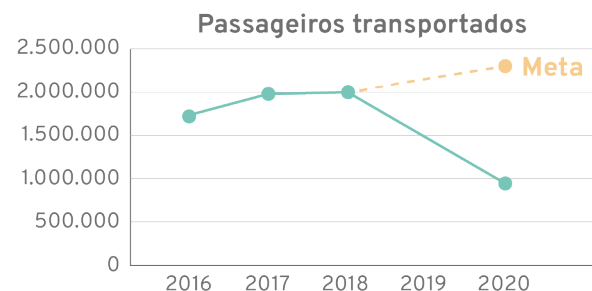
A falta de planejamento específico gera riscos e reduz a mobilidade, além de degradar a região.

Sistema ferroviário

O sistema de trens urbanos interliga João Pessoa a Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, com 30 km de via férrea simples e doze estações ferroviárias, das quais quatro estão em João Pessoa.



Identifica-se que o volume de passageiros transportados pelo sistema de trens variou entre 2016 e 2020, sendo a meta para 2020 significativamente afetada pela pandemia.



Caminhabilidade

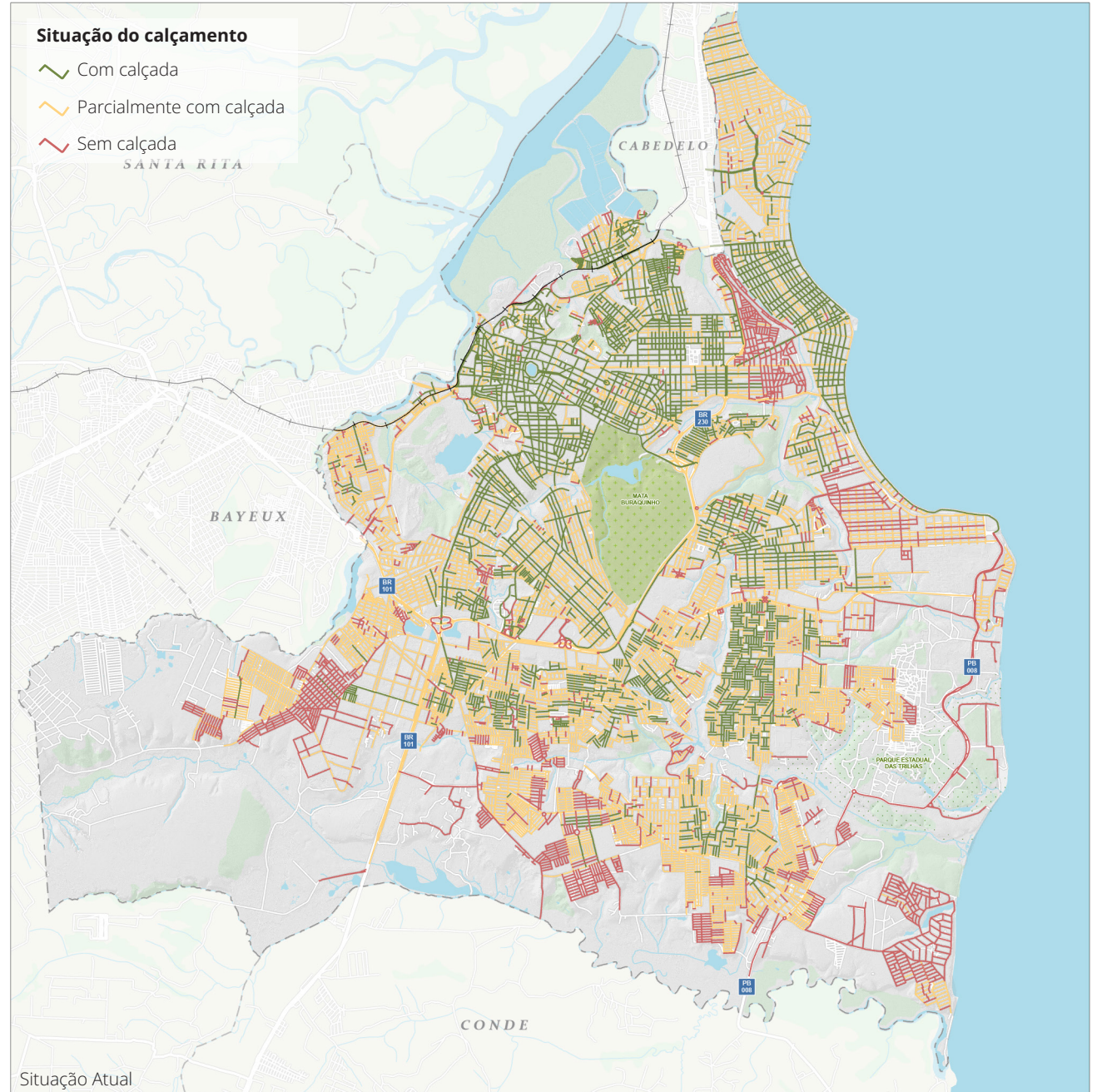
A caminhabilidade no município se encontra prejudicada pela falta de infraestrutura e acessibilidade universal, pelas dimensões inadequadas das calçadas, e pela existência de barreiras, como postes e outros elementos e vagas de estacionamento em frente aos lotes perpendiculares à via.

Essas condições **não apenas limitam a opção por esse modo, mas também prejudicam o alcance da população ao sistema de transporte público**, refletindo no acesso aos equipamentos e serviços públicos.



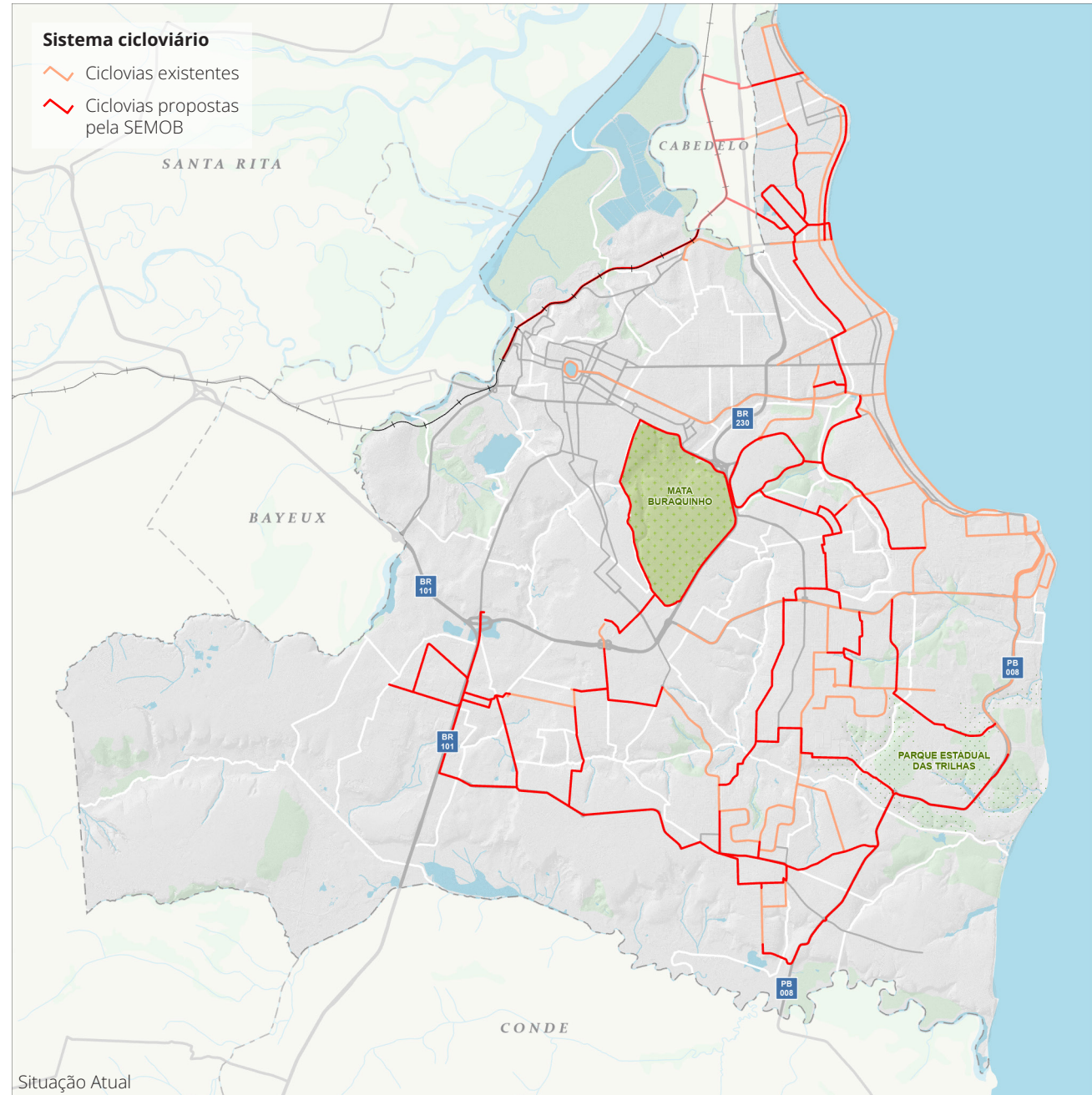


Quando analisada a existência de calçadas em João Pessoa, observa-se que a área do município que **não conta com essa infraestrutura, ou que conta parcialmente, é maior do que a que possui calçadas.**



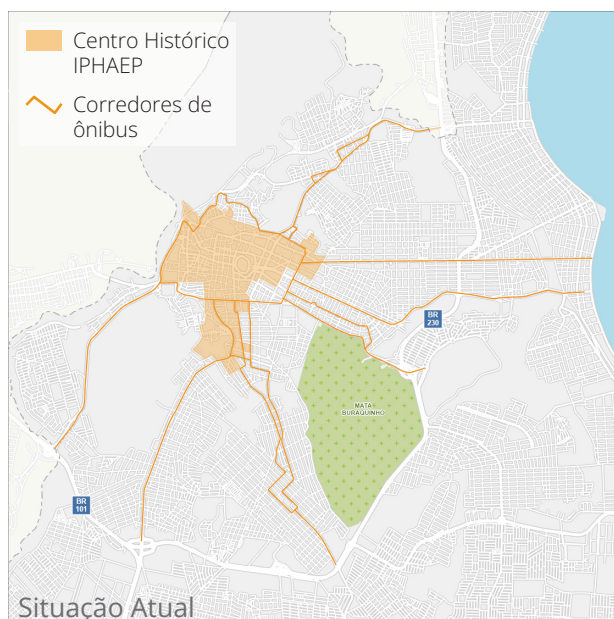
Ciclomobilidade

João Pessoa não dispõe de um sistema ciclovitário resultante de planejamento específico. Consequentemente, o município apresenta apenas **trechos dispersos e desconectados**, sem nenhuma estrutura que possibilite a sua integração com o transporte público. Também não existem estruturas voltadas ao uso de bicicletas próximo a polos geradores de viagens, equipamentos públicos e outras estruturas de uso da população.

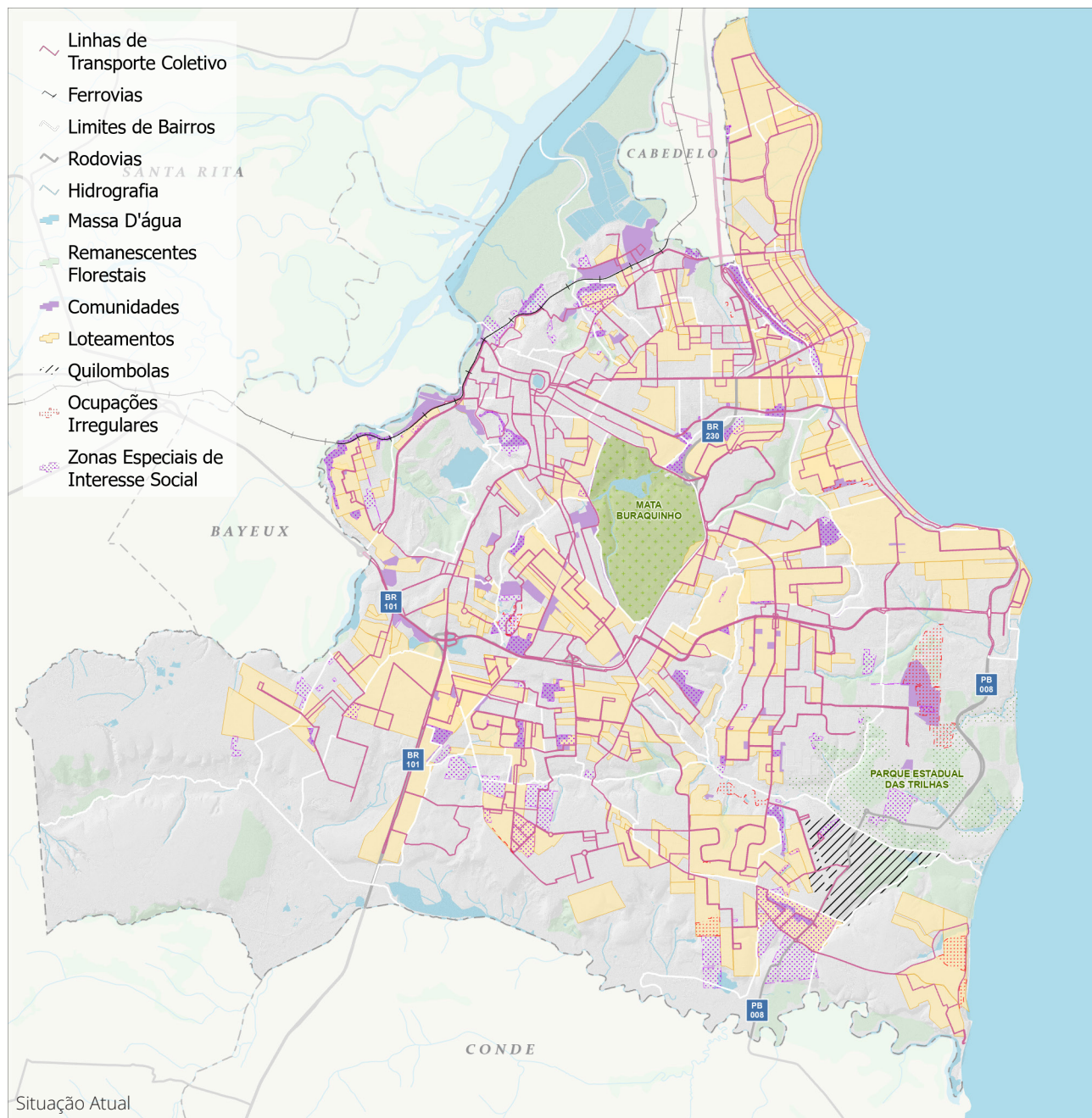


Transporte público coletivo

A trajetória das linhas de transporte público coletivo contempla a proximidade da maioria dos equipamentos públicos voltados a questões administrativas, culturais, esportivas e de turismo, bem como de parques urbanos e polos geradores de viagens.



No que diz respeito a loteamentos, ocupações irregulares, áreas de quilombolas, comunidades e áreas de interesse social, a porção leste do município, no trecho compreendido entre a Barra de Gramame e o bairro da Penha, **não conta com amplo acesso ao sistema de transporte público**, da mesma forma que a região do Portal do Sol. Existem pontos dessas áreas nos quais a população precisa caminhar mais de 500 m para acessar o sistema de transporte público coletivo, o que indica a **necessidade de extensão da rede**.



INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS

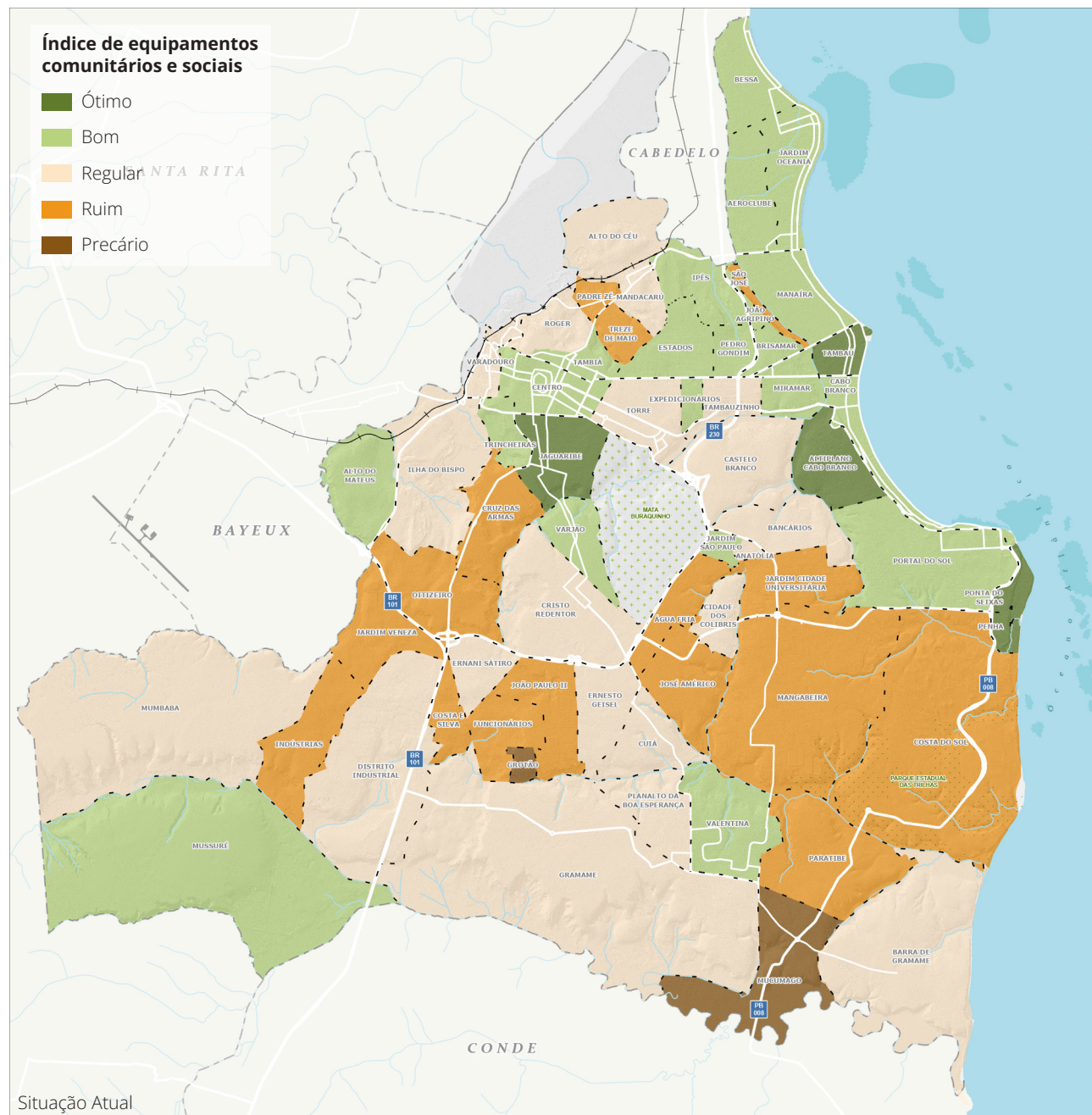
Equipamentos comunitários e sociais

A análise dos equipamentos públicos comunitários e sociais presentes no território revela **dificuldades** do município em **garantir o acesso e a cobertura dos serviços sociais básicos**, especialmente para os grupos mais carentes da população.

Face a um cenário de concentração e desigualdade de renda e de elevada expansão demográfica em regiões já carentes de serviços e equipamentos públicos, João Pessoa apresenta relevantes desafios a serem enfrentados para qualificar e ampliar o atendimento nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

Com diferentes níveis de intensidade, todas essas áreas apresentam **déficits** de atendimento e de cobertura dos serviços em função das carências de espaços e equipamentos, de qualificação das infraestruturas físicas existentes e de recursos humanos.

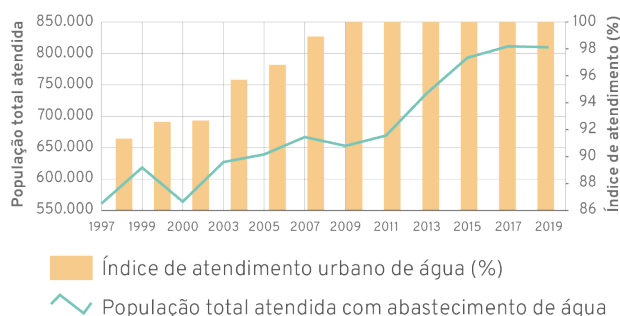
Foram dimensionadas as principais demandas das diferentes porções do território pessoense, possibilitando a **identificação das áreas e regiões** com situações mais **críticas, prioritárias** para o direcionamento das **políticas públicas** de ampliação do acesso aos serviços sociais básicos, visando o pleno atendimento das populações mais vulneráveis.



Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água em funcionamento no município consiste no **uso de mananciais superficiais e subterrâneos**, sendo estes os principais em operação: rio Gramame/Mamoaba, rio Marés e rio Mumbaba.

De acordo com a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e a série histórica de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), **100% das moradias em ambiente urbano apresentam ligação na rede de abastecimento de água da cidade.**

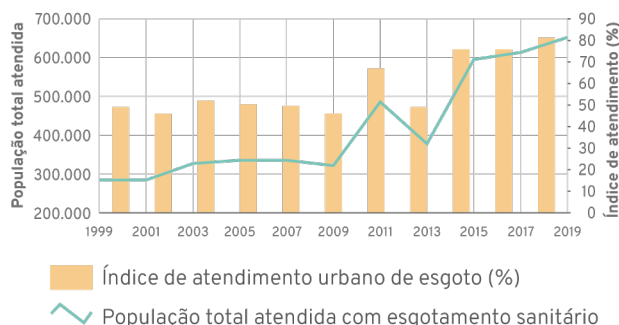


No sistema de abastecimento de água de João Pessoa, os **principais problemas são as perdas na distribuição**, chegando a 47% do total produzido. A fins de comparação, a média nacional é de 39,20%, e a da Paraíba é de 38%, sendo o segundo estado nordestino com menor índice de perdas (JOÃO PESSOA; ICES,2014).

Esgotamento sanitário

Em João Pessoa, o sistema de esgoto é do tipo separador, o sistema mais utilizado no Brasil. Assim, os esgotos são coletados e transportados em **canalização totalmente separada das águas pluviais**.

Os dados do SNIS demonstram uma evolução do acesso ao esgotamento sanitário no município. Em 1999, o índice de atendimento correspondia a apenas 48,88%, já em 2019 o atendimento atingiu **80,92%**, com o projeto de universalização até o ano de 2027.



Dentre os problemas observados, a **sobrecarga na rede de coleta** em horários de pico causa extravasamento nas estações elevatórias, gerando pontos de poluição. Ainda, alguns locais não possuem rede coletora, incluindo áreas regulares e irregulares, e foram verificados pontos de lançamento do esgoto proveniente das casas diretamente no mar e em rios e córregos urbanos.

Drenagem de águas pluviais urbanas

A urbanização sem o adequado planejamento tem causado problemas de infraestrutura urbana, especialmente em relação à drenagem das águas pluviais. O sistema de drenagem se distingue dos demais, pois o **escoamento das águas das chuvas sempre ocorrerá** independentemente da existência ou não do sistema de drenagem adequado.

As águas pluviais escoam na superfície por **caminhos naturais nas bacias hidrográficas**. Nas cidades, a causa dos problemas relacionados ao manejo das águas pluviais está ligada a fatores como: impermeabilização do solo, remoção da vegetação, ocupação de várzeas, estruturação do sistema viário em vias de fundo de vale, disposição inadequada de resíduos sólidos, retificação de rios e ausência de planos urbanísticos integrados, entre outros.

Em João Pessoa, são identificados os seguintes problemas referentes à drenagem das águas pluviais:

- Ocupação indevida das planícies fluviais e dos leitos de rios.
- Dimensionamento inadequado da microdrenagem, com diâmetros insuficientes nos bueiros.
- Proliferação de vegetação na calha fluvial.
- Lançamentos indevidos de esgoto nas tubulações. Carreamento de material de ruas não pavimentadas.
- Presença de lixo e entulho acumulados, que acarretam em obstruções e alagamento de vias públicas.

Manejo de resíduos sólidos

Em João Pessoa, as **taxas de atendimento** pelos serviços de manejo de resíduos sólidos são:

Coleta de resíduos sólidos domiciliares **100%**

Coleta seletiva **43,4%**

Reciclagem **1%**

Em 2002, o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa (ASMJP) foi implantado por um consórcio intermunicipal envolvendo João Pessoa e municípios próximos. Segundo o SNIS (2019), o ASMJP iniciou a sua operação no ano de 2003 e já passaram-se 18 anos da vida útil do aterro, inicialmente prevista em 25 anos.

Iluminação pública

A iluminação pública é um **aspecto importante para a segurança pública**. No contexto urbano, ela é responsável por proporcionar a **sensação de bem-estar e segurança à população**.

Conforme mapeamento fornecido pela PMJP em 2021, existem cerca de 73.319 pontos de iluminação, cuja responsabilidade de manutenção cabe à SEINFRA. Foi implantado pela PMJP, ainda, o Programa LED nas Ruas. Até dezembro de 2020, o programa propiciou a substituição de 15.331 pontos de iluminação.

FINANÇAS PÚBLICAS E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Capacidade de investimento pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)

A situação das finanças públicas municipais avaliada pelo IFGF foi melhor em 2018 do que em 2013, apesar da conjuntura da crise brasileira. Em 2013, o PIB da economia do município cresceu 3,8%, indicando uma Gestão em Dificuldades. Em 2018, esse percentual alcançou -0,5%, apontando uma Boa Gestão.

	2013	2018	
IFGF (geral)	0,5452	0,6715	↑
Autonomia	1,0000	1,0000	-
Gastos com pessoal	0,3296	0,5449	↑
Investimentos	0,3322	0,2389	↓
Liquidez	0,5199	0,9023	↑

Em uma conjuntura de crise econômica, apesar do esforço fiscal expressivo da prefeitura municipal, da excelência de suas condições de autonomia e da melhoria de gestão dos gastos com pessoal, as **pressões para o aumento desses gastos tendem a implicar em uma baixa capacidade de investimentos com recursos próprios**. Consequentemente, há **dependência** de transferências negociadas de recursos da União e do Governo Estadual para **projetos de maior porte** e demandas de serviços públicos.

Capacidade de pagamento (CAPAG)

A avaliação da capacidade de pagamento é feita com base na análise dos indicadores: endividamento, poupança corrente e liquidez (BRASIL, [s.d.]b).

A qualificação da CAPAG de João Pessoa alcançou um conceito A, indicando que o município **atende aos requisitos** necessários à garantia da União em suas operações de crédito. Porém, o município permanece no **limite de alerta** no que se refere à relação Despesa Total com Pessoal / Receita Corrente Líquida (50,86%).

Projetos de interesse no Plano Estadual de Parceria Público-privada

A Prefeitura Municipal de João Pessoa incluiu os seus projetos de maior porte na Carteira do Programa e Plano de Parceria Público-privada do Governo do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2021). O Plano definiu projetos diretamente vinculados aos interesses do município:

- Complexo rodoviário Arco Metropolitano
- Ponte sobre o rio Paraíba - Cabedelo/Lucena
- Sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos
- Centrais de abastecimento
- Arenas esportivas
- Modernização do Porto de Cabedelo
- Gestão de parques naturais
- Centros de convenções de João Pessoa



BU

MANSÃO

AAA

N 7

FASE III DIRETRIZES E PROPOSTAS

Na Fase III, foram construídas as diretrizes e propostas para o futuro de João Pessoa, com base nos diagnósticos técnico e comunitário construídos na Fase II, e nas contribuições apresentadas pela comunidade, visando sempre a qualidade de vida e a justiça social para a população e o desenvolvimento sustentável do município.

A comunidade pôde participar desse processo enviando as suas contribuições por meio eletrônico e também nos diversos eventos realizados ao longo da fase, entre os quais destacam-se as **Oficinas de Propostas** e as **Reuniões Técnicas Setoriais**.

Para a concepção das diretrizes e propostas estratégicas, primeiramente foram construídos os cenários atuais e tendenciais, permitindo definir os objetivos e os cenários prospectivos, ou seja, aqueles que se pretende atingir a partir da revisão do PDMJP. Essa construção utilizou os onze temas e conceitos norteadores elencados no Termo de Referência.

Na sequência, a partir da definição de oito eixos temáticos, foram elaboradas as diretrizes e propostas. Ademais, foram levantados seis projetos estratégicos com potencial de transformação do tecido urbano e de impulso ao desenvolvimento sustentável do município. Ainda, foram indicados os principais instrumentos urbanísticos para cumprir com os objetivos da revisão do PDMJP, e foi apresentada a proposta de reordenamento territorial por meio da construção do macrozoneamento e do zoneamento municipal.

Esse conteúdo foi apresentado na **3ª Audiência Pública** e entregue no *Produto P5 — Diretrizes e Propostas*. Nessa fase, também foi elaborado o *Relatório R3*, que contém o registro dos eventos participativos realizados.

CONCEITOS NORTEADORES

As diretrizes e propostas para a revisão do Plano Diretor de João Pessoa (PDMJP) consideram **temas e conceitos norteadores para ordenamento territorial de uma cidade sustentável**. Esses princípios estiveram sempre presentes na revisão do PDMJP, guiando o diagnóstico municipal, os debates e a formulação de propostas.

As propostas da revisão do PDMJP respeitam princípios de **interesse coletivo local** — como a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, a agricultura, a saúde, a educação, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades — e de **interesse global** — como a preocupação com mudanças climáticas e a proteção e o uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres. Para isso, seguem os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo que as propostas apresentadas estejam em conformidade com os compromissos internacionais vigentes.

A **Nova Agenda Urbana (NAU)** reitera os ODS e avança no sentido de estabelecer metas para que as cidades sejam, de fato, **habitáveis, inclusivas, saudáveis, seguras e sustentáveis**, não apenas no modo ambiental, mas também nos modos social e econômico, entre outros, com as suas funções urbanas organizadas, **compactadas e resilientes aos fenômenos naturais**.

Os demais temas e conceitos norteadores empregados na revisão do PDMJP são indicados no esquema ao lado.

Integração da natureza com o planejamento e desenvolvimento urbano

Agilidade e eficiência na gestão territorial

Mobilidade universal e sustentável

Construção e ampliação de parcerias público-privadas

Conceitos de sustentabilidade na construção civil

Preparação e combate às mudanças climáticas

Modelo de crescimento urbano direcionado pelo conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS)

Conceito de Cidades Sustentáveis

Conceito de Smart Cities

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Nova Agenda Urbana da ONU (NAU)

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE

As diretrizes e propostas foram construídas agregando a análise técnica aos interesses e visões da população, ao longo de diversas reuniões. Entre elas destacam-se as **Oficinas de Propostas**, nas quais a população pôde se aproximar dos estudos e das análises técnicas, apontar necessidades nos mapas da cidade e, junto aos técnicos da prefeitura e do consórcio, contribuir na construção das principais diretrizes para as temáticas da revisão.

A partir do diagnóstico do município, elaborado na Fase II, foram criados quadros-síntese, organizados por três temáticas: **meio ambiente, mobilidade e uso do solo**. Nesses quadros, foram apresentadas as condicionantes, deficiências e potencialidades das diversas questões analisadas no município. A partir deles, a população contribuiu nas oficinas com propostas para o futuro da cidade.



CENÁRIO TENDENCIAL E CIDADE DESEJADA



EIXO AMBIENTAL

Os diagnósticos técnico e comunitário projetaram o **cenário real** da atual João Pessoa. A partir dele, foi possível identificar tendências do desenvolvimento municipal no caso de **ausência de interferência**, compondo o **cenário tendencial**.

Tendo como base os temas e conceitos norteadores apresentados e a visão da população para o futuro da cidade, foi elaborado o **cenário prospectivo**, isto é, **“a João Pessoa que queremos”**.

Para alcançar os cenários prospectivos de cada eixo temático definido para essa etapa, foram elaboradas, ao todo, **34 diretrizes e 172 ações estratégicas**, baseando-se nos levantamentos técnicos e nas oficinas de propostas realizadas com a sociedade pessoense.

- Ambiental
- Econômico
- Social
- Infraestrutura
- Gestão
- Mobilidade
- Urbanismo e habitação
- Articulação metropolitana

Cenário tendencial

Considerando os aspectos ambientais, João Pessoa tende a uma **permanência e um aumento de usos e atividades em áreas protegidas**, comprometendo a preservação ambiental das áreas, a qual continuará a ser tratada como entrave para o desenvolvimento urbano, com pouca ou nenhuma valorização dos componentes ambientais. Os programas, projetos e ações na área ambiental continuarão sendo realizados de **forma pontual ou desarticulada** e haverá possível aumento de práticas nocivas em função da sensação de impunidade.

Cenário prospectivo

Com a devida aplicação das diretrizes e propostas desta revisão, é esperada uma **redução dos usos em áreas de preservação**, incluindo as áreas de risco de inundação e deslizamento (como matas ciliares, encostas e falésias), de modo a garantir uma **maior proteção para a população** na ocorrência de eventos extremos. Os componentes ambientais serão planejados e gerenciados para compor e valorizar a **qualidade de vida da população, a qualidade ambiental urbana e o desenvolvimento sustentável**, trazendo benefícios para a natureza, a economia e a população de João Pessoa.

Diretrizes

- 1** Promover a resolução e a mitigação de problemas, conflitos e **impactos ambientais** existentes.
- 2** Aperfeiçoar e complementar o **planejamento ambiental** municipal.
- 3** Complementar a regulação e o **gerenciamento ambiental**.
- 4** Democratizar e ampliar as parcerias na **gestão ambiental**.
- 5** Promover a **fiscalização e o acompanhamento** ambiental municipal.
- 6** Fortalecer e direcionar a **educação ambiental**.



EIXO ECONÔMICO

Cenário tendencial

O potencial da **agricultura urbana e periurbana** do município continuará pouco explorado. Haverá **crecente desocupação da População Economicamente Ativa (PEA)**, pequeno grau de endogenia e baixo aproveitamento do potencial de dinamismo da aglomeração de unidades de prestação de serviços de saúde existentes no arco Jaguaribe-Torre. Será verificada continuidade do dinamismo da economia local do turismo, no entanto **sem o aproveitamento de todo o seu potencial** para a criação de empregos e renda no município.

Cenário prospectivo

Espera-se que João Pessoa se torne referência no **desenvolvimento sustentável de iniciativas de agricultura urbana e periurbana**, bem como um dos principais polos de turismo no Brasil. Serão verificadas oportunidades crescentes para a PEA e melhoria da sua qualidade de vida. Existirá um Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde (*knowledge location*) na malha urbana do município, no arco Jaguaribe-Torre, com elevado grau de endogenia, dinamismo tecnológico e inovador, **e alta geração de empregos e renda**, além da capacidade de atração de novos empreendimentos na área.

Diretrizes

- 7** Elaborar o **Plano Municipal de Segurança Alimentar** de João Pessoa.
- 8** Promover **iniciativas de empreendedorismo**, inclusive em espaços especializados para essas iniciativas.
- 9** Criar o **Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde** na malha urbana de João Pessoa, no arco Jaguaribe-Torre, com base nos empreendimentos de prestação de serviços de saúde existentes nessa região.
- 10** Fomentar a **atividade turística** e a economia do turismo no município.
- 11** Resguardar a **inserção urbana do Distrito Industrial** de João Pessoa e melhorar as condições de sua infraestrutura.



EIXO SOCIAL

Cenário tendencial

João Pessoa tende a apresentar um aumento dos **déficits de atendimento e de cobertura dos serviços** de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer, junto a um maior comprometimento da qualidade das infraestruturas físicas dos equipamentos públicos comunitários e sociais existentes. Na ausência de intervenção, ocorrerá manutenção do elevado e **crecente contingente da população em situação de vulnerabilidade** e acirramento das desigualdades sociais.

Cenário prospectivo

Com as diretrizes e propostas, espera-se a **melhoria da qualidade, um incremento da cobertura e a descentralização dos serviços** de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer, bem como a melhoria das infraestruturas físicas dos equipamentos públicos comunitários e sociais existentes. Será observada, também, uma **maior inclusão, proteção social e redução das situações de vulnerabilidade**.

Diretriz

- 12** Qualificar os **serviços sociais**.



EIXO INFRAESTRUTURA

Cenário Tendencial

Os índices de **perda na rede de tratamento e distribuição de água** se manterão altos em relação à média nacional, e continuarão ocorrendo **danos morais e sanitários** aos habitantes devido ao extravasamento de esgoto. Prevê-se o aumento do número de pontos com potencial de poluição por esgoto domiciliar e destinação incorreta de resíduos sólidos. O subdimensionamento dos sistemas de drenagem da água e o aumento da ocupação irregular nas áreas de alta declividade e leitos de rio, potencializarão a **ocorrência de enchentes e deslizamentos de terra**.

Cenário Prospectivo

Com a implantação das propostas, espera-se uma maior eficiência do sistema de tratamento e distribuição de água, trazendo mais **segurança hídrica e reduzindo os gastos**. **A ocupação irregular nas áreas de risco de deslizamento será desencorajada**, reduzindo o número de habitantes em situação de risco, e o sistema de drenagem será melhorado. **A população do município estará conscientizada** em relação ao lançamento indevido de esgoto na rede de drenagem e ao **correto descarte de resíduos e materiais sólidos**, e a taxa de reciclagem no município se elevará.

Diretrizes

- 13** Melhorar a estrutura do sistema de **abastecimento de água (SAA)** e **universalizar o acesso à água potável**.
- 14** Aumentar a capacidade de carga do sistema de **coleta e tratamento de esgotamento sanitário**.
- 15** Reduzir as ocorrências de **enchentes e inundações** e o impacto dos **deslizamentos**, principalmente em áreas de alta declividade.
- 16** Reduzir o **lançamento indevido de esgoto e resíduos sólidos** na rede de drenagem urbana de água pluvial, e melhorar o **sistema de drenagem** existente.
- 17** Ampliar o atendimento da rede pública de **coleta seletiva de resíduos sólidos**.
- 18** **Reduzir os pontos de descarte indevido** de resíduos sólidos no município.
- 19** Buscar projetos, fundos e programas que auxiliem no **custeio do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos** e na adequação da taxa cobrada.
- 20** Incentivar **fontes renováveis e sustentáveis** de geração de energia elétrica.



EIXO GESTÃO

Cenário Tendencial

A capacidade operacional do município será comprometida com a **circulação de informações de maneira parcial e restrita**, levando à menor integração das políticas públicas e diminuindo a eficiência. O CDU tende a ser consolidado como o local da gestão democrática, porém mantendo restrições de participação.

Cenário Prospectivo

A implementação plena de um sistema municipal de planejamento garantirá a **livre circulação de informações**, qualificando a tomada de decisões e estabelecendo um sistema mais democrático e com melhor publicidade.

Diretrizes

- 21 Instituir o **Sistema Municipal de Planejamento** de João Pessoa.
- 22 Consolidar o CDU como **espaço democrático de decisão sobre a política de desenvolvimento urbano**, apoiando a garantia da gestão democrática na elaboração, na revisão e na implantação do plano diretor e das políticas dele derivadas.



EIXO MOBILIDADE

Cenário Tendencial

A tendência do município é **apresentar novas áreas adensadas e desconectadas do tecido urbano**, com sobrecarga do sistema viário, em especial da BR-230. Essa sobrecarga também será verificada na região central, nas proximidades dos Polos Geradores de Viagens (PGV) e em áreas densificadas. Áreas periféricas permanecerão **carentes de infraestruturas de circulação viária**, excluindo os grupos sem condições de acesso ao transporte individual e as pessoas com deficiências, devido à falta de acessibilidade do sistema de transporte público coletivo.

Cenário Prospectivo

Com as propostas, o município contará com um **tecido urbano conectado**, com vias alternativas para **reduzir o tráfego das vias principais** e uma infraestrutura viária melhor distribuída pelo território. Serão **desenvolvidas outras centralidades**, em especial nos principais corredores viários, proporcionando deslocamentos menores à população. O patrimônio histórico será preservado na área central, com maior procura pelos modais ativos e pelo transporte público coletivo. A sobrecarga do sistema viário será controlada, e será verificada uma **distribuição igualitária da infraestrutura**, da acessibilidade universal e do acesso a equipamentos sociais e comunitários.

Diretrizes

- 23 Promover a **conectividade do sistema viário**.
- 24 Incentivar o uso de **modais ativos** nos deslocamentos intraurbanos.
- 25 Incentivar a priorização do uso de **transporte público coletivo**.
- 26 Promover a criação de **novas centralidades** e o fortalecimento das já existentes e incentivar o uso de modais ativos e do transporte público coletivo na região do **Centro Histórico**.



EIXO URBANISMO E HABITAÇÃO

Cenário Tendencial

Observa-se uma tendência à consolidação da falta de prevenção de irregularidades e de fiscalização do uso e ocupação do solo. O resultado coloca em risco a qualidade de vida da população na medida em que a expõe ao **risco e às condições de habitabilidade sem dignidade humana**. Há tendência à **crecente desvalorização imobiliária**, ao incremento no número de imóveis vagos, à baixa arrecadação e dinâmica comercial e de serviços, à perda do patrimônio histórico-arquitetônico e à subutilização de infraestruturas públicas. Ainda, será verificado um incremento do déficit habitacional no município e a ampliação dos prazos de espera para a obtenção da casa própria.

Cenário Prospectivo

A aplicabilidade da legislação urbanística, a facilitação da fiscalização a ser exercida pelos órgãos públicos e a transparência junto à sociedade contribuirão para a **garantia da função social da cidade e da propriedade**. Prevê-se a implementação de ações que incentivarão o mercado investidor a atuar prioritariamente no perímetro tombado, explicitando o seu valor histórico e arquitetônico junto à população. A melhoria das áreas residenciais na região do Centro Histórico auxiliará no controle do déficit habitacional, trazendo mais qualidade de vida e moradias dignas.

Diretrizes

- 27 Adequar a **legislação urbanística** para melhorar o controle do território, sob os princípios da transparência, da eficiência administrativa e do desenvolvimento sustentável.
- 28 Atuar na **fiscalização, na prevenção e na mitigação de riscos** na aplicação da legislação urbanística.
- 29 Ordenar o uso e ocupação do território municipal, de forma a garantir a **qualidade de vida** da população e o **desenvolvimento das atividades humanas** de forma plena e sustentável.
- 30 Atuar na **preservação do patrimônio histórico e cultural**.
- 31 Garantir a **função social da propriedade**.
- 32 Garantir o **direito à moradia digna**.



EIXO ARTICULAÇÃO METROPOLITANA

Cenário Tendencial

Serão verificados **custos adicionais à economia regional e perda da qualidade de vida metropolitana**, bem como conflitos jurídicos que podem implicar em perda de investimentos.

Cenário Prospectivo

A implantação das propostas trará impactos positivos tanto economicamente quanto socialmente e ambientalmente. A **integração metropolitana** e a **capacidade de gestão** trarão **maior desenvolvimento social e econômico**, favorecendo melhores condições de vida.

Diretrizes

- 33 Fomentar e apoiar a **organização metropolitana**, a formulação e a manutenção de uma **agência metropolitana**, a realização do **plano metropolitano** e a definição de um adequado recorte territorial.
- 34 Agir tecnicamente, politicamente e financeiramente para a **implantação de programas, projetos e obras** segundo os interesses político-metropolitanos e da coletividade.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Além das diretrizes e propostas contempladas no processo de revisão do PDMJP, são propostos projetos estratégicos com o objetivo de **impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável da cidade**.

REQUALIFICAÇÃO DA BR-230

A BR-230 concentra a função de **principal via de conexão do município**. Com as características atuais, essa rodovia **interrompe o tecido urbano, compartimentando-o e dificultando as demais ligações viárias**.

O projeto estratégico para a BR-230 propõe sua municipalização, permitindo que a estrada assumira características de importante via de ligação urbana, garantindo uma maior integração com o sistema viário e um ambiente mais adaptado ao trânsito urbano, inclusive aos modais ativo e coletivo.

A requalificação da BR-230 como **importante ligação viária e corredor para o transporte público coletivo** servirá ainda à conformação de uma importante centralidade.

ILHA DO BISPO

A Ilha do Bispo possui uma área de 450 hectares e está **estrategicamente localizada em relação ao Centro Histórico**, com um enorme potencial de dinamização desse. A proposta para a transformação dessa área passa pela elaboração de um projeto de urbanização específico, ouvindo-se a população por meio de consulta pública. O projeto estratégico envolve a definição do **Território de Estruturação e Requalificação (TER)** e a delimitação física de:

Áreas para **atividades de maior porte** e para **geração de emprego e renda**, com a continuidade da atividade industrial.

Parque municipal na área de proteção — Macrozona de Proteção Ambiental (MPA).

Ligação viária entre a Av. General Aurélio de Lyra Tavares e a Av. Cruz das Armas.



■ Área para levantamento fundiário específico
 ■ Macrozona de Proteção Ambiental (MPA)

PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS RURAIS

A ocupação urbana de João Pessoa se **espraiou ao sul**, no sentido do rio Gramame, em busca de **menores custos da terra**. Parte dessa ocupação se deu de forma irregular, inclusive no perímetro rural, e apresentando grande interação com as áreas urbanas.

Objetivando um maior controle da ocupação dessa região pelo poder público municipal, a revisão do PDMJP propôs a ampliação do perímetro urbano para todo o território pessoense, criando a **Macrozona de Baixa Densidade (MBD), com a devida demarcação das áreas de restrição ambiental**. Como projeto estratégico para proteção das características rurais das áreas integradas à área urbana, foram propostos:

a criação de um programa de **segurança alimentar**, estimulando o uso dessas áreas para a agricultura urbana;

a aplicação de incentivos à **manutenção das atividades rurais**, com alíquota diferenciada de IPTU;

a facilitação para a **comercialização da produção** e o incentivo à organização associativa;

o **apoio técnico** para a melhoria da produção, a especialização da mão de obra, e a capacitação empresarial e tecnológica.

MATA DO BURQUINHO

A Mata do Buraquinho, com uma área de aproximadamente 515 hectares, é considerada como uma das **maiores reservas de Mata Atlântica em perímetro urbano no Brasil**. Classificada como Refúgio de Vida Silvestre, tem como objetivos **garantir a conservação das condições naturais** do meio ambiente — remanescente florestal, flora, fauna e aquífero, para manutenção da capacidade hídrica do manancial e do microclima de João Pessoa —, colaborar com as **atividades de visitação e educação, e estimular pesquisas científicas**.

O projeto estratégico visa que a área **assuma uma plena posição como Unidade de Conservação (UC)**, servindo aos objetivos para a qual foi criada, e atendendo à sua condição de localização no espaço urbano, permitindo assim uma devida **integração com o seu entorno**.

As ações do projeto estratégico deverão ser analisadas a partir das necessidades e dos pontos de vista da população, visando a sua real conservação e evitando processos de ocupação irregular. Entre essas ações, foram propostas:

a utilização de uma faixa no entorno de toda a UC, destinada à **área de transição** entre a área de preservação ambiental e a área urbana, ocupada por duas pistas que permitirão o uso compartilhado por pedestres e ciclistas;

a análise da possibilidade de implantação de bolsões destinados à realização de atividades físicas.



NOVAS CENTRALIDADES

A proposta de zoneamento desta revisão do PDMJP propõe uma **racionalização do uso das infraestruturas urbanas**, em especial do **sistema viário e do transporte coletivo**.

No intuito de otimizar o espaço urbano e organizar as suas diferentes funções, foram utilizadas as propostas de **corredores de transporte público**, planejados pela SEMOB, para usos e ocupações diferenciadas, a fim de **fortalecer as centralidades existentes e estimular a criação de novas**.

Além de propostas de alterações de zoneamento, vislumbra-se a necessidade de que esses corredores recebam uma infraestrutura compatível com os usos previstos.

Foi proposto o desenvolvimento de **projetos específicos para novas centralidades ao longo dos corredores de transporte**, pontuais ou ao longo de vias, de modo que sejam possíveis a constituição de novas áreas de desenvolvimento econômico e a inovação no território, abrigando usos que gerem oferta de emprego, comércio, serviços, lazer e cultura, além de moradias para diferentes faixas de renda.

Os projetos deverão ser submetidos à **consulta pública e à aprovação pelo CDU**, tendo sua implantação vinculada à alteração de parâmetros urbanísticos e à aplicação de instrumentos urbanísticos.



CENTRO HISTÓRICO

O Centro Histórico de João Pessoa tem uma importância singular enquanto **patrimônio histórico e no imaginário da população pessoense**, representando o início da cidade. Assim, deve ser visto e constituído não apenas como uma área turística, mas também como uma área viva e pulsante, resgatada para as funções de centro urbano e incorporada ao cotidiano da comunidade local.

O projeto estratégico para o fortalecimento e a recuperação do Centro Histórico prevê a participação direta da população e dos interessados na transformação, e conta com as seguintes diretrizes:

Manutenção das características históricas, urbanas e edíficas.

Intervenções de melhoria dos espaços públicos.

Estímulo ao uso misto e à oferta de empregos e serviços.

Ocupação de imóveis subutilizados, não utilizados ou não edificados.

Aplicação de instrumentos para a produção de moradias de interesse social.

Organização de agenda de eventos públicos.

Incentivo à manutenção dos prédios históricos públicos e particulares.



HIERARQUIA VIÁRIA

A revisão do PDMJP utiliza o modelo de crescimento urbano direcionado pelo conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS). Para isso, a proposta define uma macrohierarquia viária dos eixos de estruturação da transformação urbana, na qual se pretende estabelecer ocupações e usos diferenciados, otimizando a utilização das infraestruturas urbanas.

A proposta de hierarquia viária contempla o sistema existente e a previsão de novas diretrizes, que são importantes para a complementação do sistema atual.

Vias expressas

De trânsito rápido, com função de conexão com a região metropolitana e entre os principais eixos do município.

Vias arteriais

Com grande capacidade de tráfego e com o objetivo de fazer a ligação entre bairros e regiões da cidade, complementando as ligações das vias expressas.

Vias coletoras

Objetivam a conexão entre um ou mais bairros, coletando e distribuindo o tráfego proveniente das vias locais.

Vias locais

Tem a função de distribuir o tráfego interno dos bairros, realizar o acesso aos lotes e conectá-los com as vias coletoras e arteriais.



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

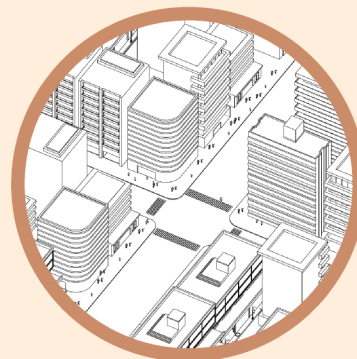
As propostas levantadas na revisão do PDMJP podem ser espaciais ou não espaciais. As espaciais estão refletidas no macrozoneamento e no zoneamento do município — ambos instrumentos de ordenamento do território. Destaca-se que o Plano Diretor constitui a principal política pública de ordenamento do território urbano.

O macrozoneamento e o zoneamento devem ser analisados como um conjunto único que estrutura a cidade nos seus usos e ocupações (zoneamento), e na sua capacidade de suporte do território (macrozoneamento).

MACROZONEAMENTO

O macrozoneamento reflete a **estratégia de ordenamento do território** para João Pessoa. Para isso, leva em consideração determinados critérios que garantem o equilíbrio entre sociedade, meio ambiente e economia, definindo grandes áreas de uso homogêneo, mas que guardam particularidades constituidoras das zonas urbanas.

A necessidade de um maior controle sobre o território municipal como um todo, para **regular os conflitos e as pressões por ocupação**, levaram o plano diretor a definir todo o território municipal como perímetro urbano. Assim, será possível ao poder público municipal **agir de modo mais ágil e integrado, inclusive com as outras escalas de planejamento**.

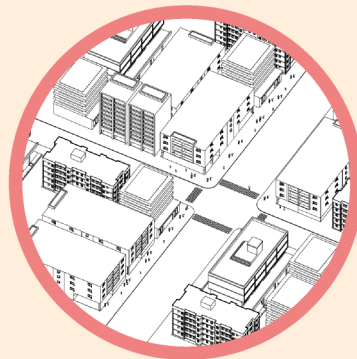


Macrozona Adensável 1

Índice de aproveitamento pode chegar até 6,0

MAD-1

Áreas onde a disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental **permitem** a intensificação do uso e ocupação do solo.

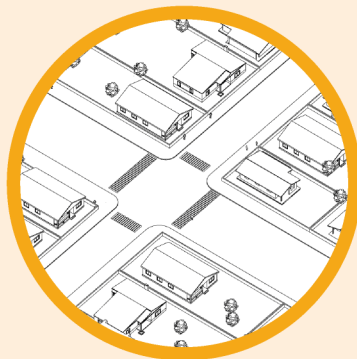


Macrozona Adensável 2

Índice de aproveitamento pode chegar até 4,0

MAD-2

Áreas onde a disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental permitem uma **intensificação moderada** do uso e ocupação do solo. Correspondem às regiões de grande potencial ou tendência de ocupação na próxima década.

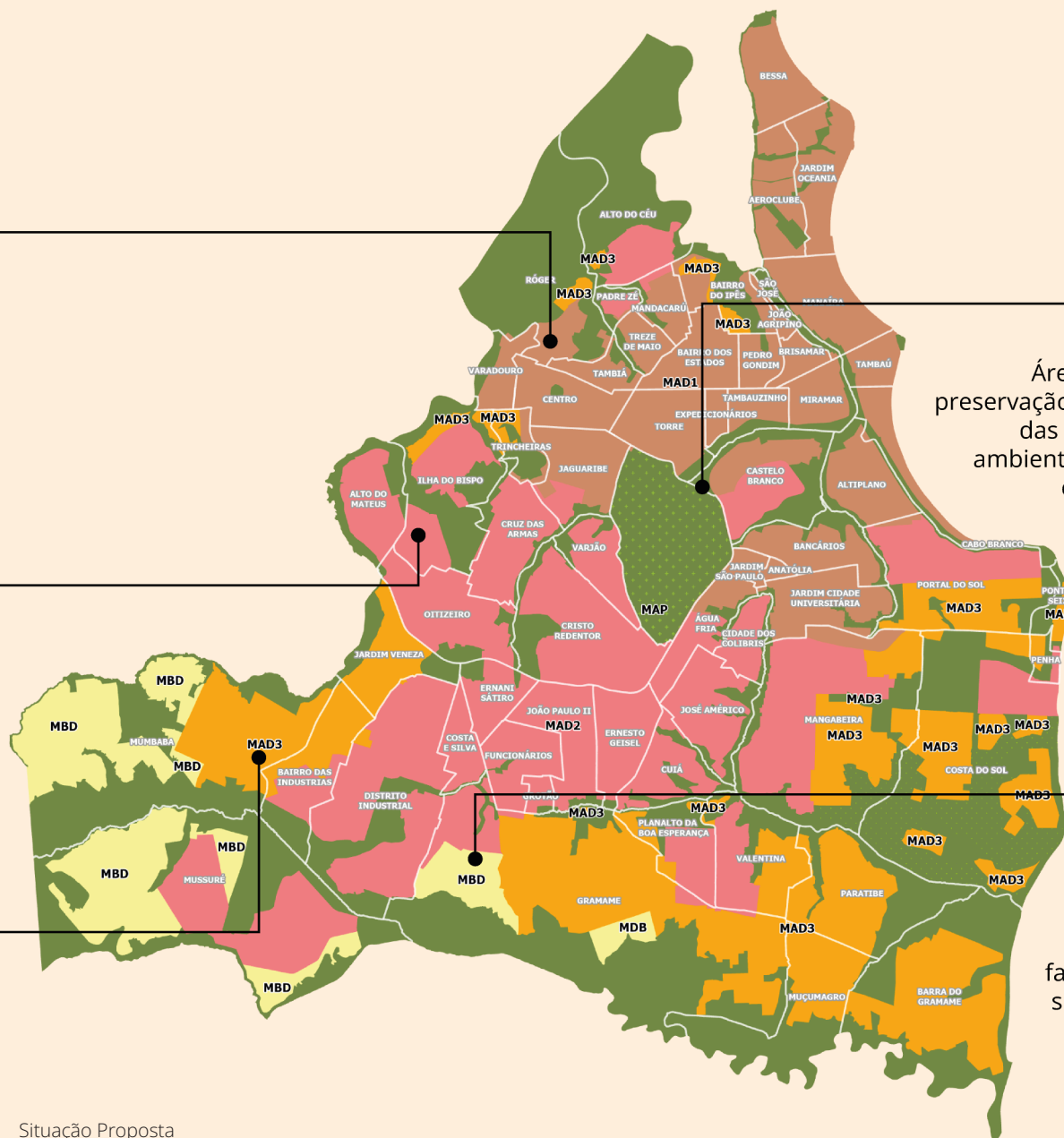


Macrozona Adensável 3

Índice de aproveitamento pode chegar até 2,0

MAD-3

Áreas onde a disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental **restringem** a intensificação do uso e ocupação do solo.

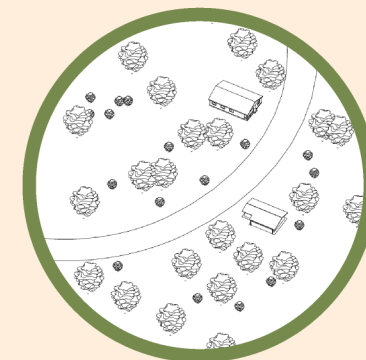


Situação Proposta

Macrozona de Proteção Ambiental

MPA

Áreas onde o interesse social de preservação, manutenção e recuperação das características paisagísticas e ambientais impõe **restrições de uso e ocupação do solo** a serem melhor definidas no zoneamento e instrumentos próprios, quando for o caso.

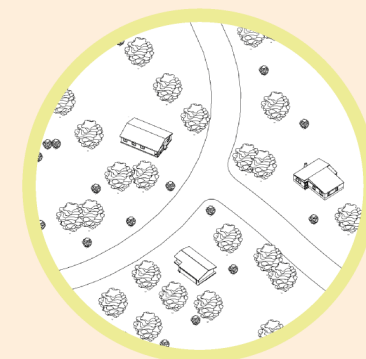


Índice de aproveitamento pode chegar até 1,0

Macrozona de Baixa Densidade

MBD

Áreas com características predominantemente rurais e áreas de mananciais, onde o **controle de densidade** se faz necessário para resguardar suas características a partir de usos e ocupações de baixas densidades, servindo de controle à expansão urbana.



Índice de aproveitamento pode chegar até 0,5

ZONEAMENTO

O zoneamento urbano estabelece um **detalhamento maior da estratégia de uso e ocupação do território**, a partir de diversos índices e formas de controle. A métrica dada ao zoneamento tem por princípio traduzir a paisagem urbana que se deseja gerar nas diferentes zonas. Com o objetivo de **garantir a função social da cidade e da propriedade**, o zoneamento também influencia e é influenciado pela dinâmica urbana, auxiliando o direcionamento das decisões sobre o território a partir da sua **capacidade de suporte**.

A relação entre **uso do solo e mobilidade** também deve ser levada em consideração. Desse modo, os **eixos de transporte público**, definidos pelo Plano de Mobilidade, foram reconhecidos como locais de alto potencial para desconcentrar as atividades econômicas pelo território. Os eixos viários serviram de base para a definição, no zoneamento, de zonas de comércio e serviço, com o intuito de descentralizar essas atividades.

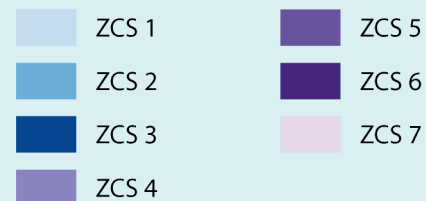
A condição ambiental de João Pessoa também suscitou cuidados, levando a propor **maiores taxas de permeabilidade do solo**, tendo em vista a condição da macrodrenagem municipal.

O zoneamento de João Pessoa possui seis grandes concepções de uso e ocupação:

- Zonas Habitacionais (ZH)
- Zonas de Comércio e Serviço (ZCS)
- Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA)
- Zonas Industriais (ZI)
- Zona de Baixa Densidade (ZBD)
- Setor Especial de Áreas Verdes (SEAV)
- Zonas de Deposição e Tratamento de Resíduos Sólidos e Líquidos (ZDTRS/ZDTRL)

Zonas de Comércio e Serviços

Áreas predominantemente comerciais e de serviço de todas as categorias e portes, a depender da localização. Em muitas regiões do município, são zonas destinadas à implantação de comércio e serviços em maior quantidade ou porte que o existente, com o objetivo de trazer maior dinâmica urbana e menores deslocamentos para a população.



Zona de Baixa Densidade

Áreas com função de controle da expansão urbana, nas quais devem ser mantidas prioritariamente suas características rurais, aliadas à proteção e controle de recarga de manancial, restringindo o uso intensivo da ocupação. Podem contemplar atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento rural e turismo sustentáveis.



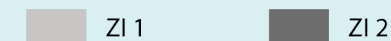
Zonas Habitacionais

Áreas predominantemente residenciais de diferentes densidades e características, com incidência de comércio e serviços vicinais e de bairro. Em algumas áreas, há grande incidência do uso de hotelaria, a qual deve ser facilitada, a depender da zona.



Zonas Industriais

Áreas destinadas principalmente à consolidação de atividades industriais de significativo impacto socioambiental, que apresentam acesso facilitado às redes de infraestrutura urbana, em especial às rodovias, e onde o uso habitacional deve ser proibido devido à incompatibilidade com o seu entorno.



Zonas de Deposição e Tratamento de Resíduos

Incidem em áreas destinadas aos equipamentos urbanos do sistema de esgotamento sanitário e ao aterro sanitário, onde são estabelecidas condições especiais de uso e ocupação do solo, podendo haver exigência de contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais.

- ZDTRS
- ZDTRL

Zonas Especiais de Proteção Ambiental

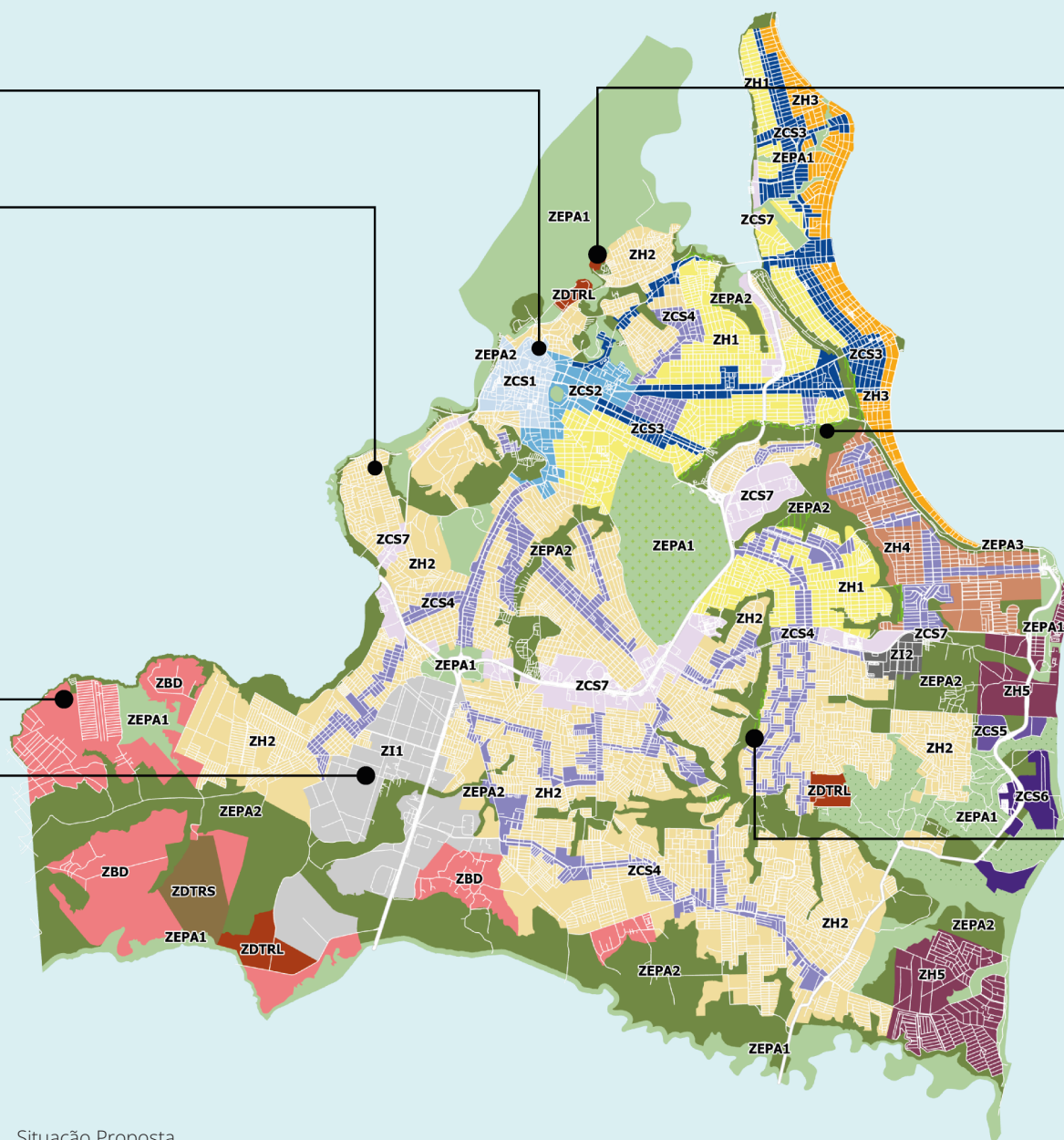
Áreas protegidas por legislação federal, área de interesse de proteção da paisagem e áreas de proteção ambiental, com restrição à ocupação e ao parcelamento do solo urbano a depender das fragilidades físico-ambientais, sendo de especial interesse para a proteção da paisagem e a preservação do ambiente natural, da fauna e da flora nativas.

- ZEPA 1
- ZEPA 2
- ZEPA 3

Setor Especial de Áreas Verdes

Preponderante ao zoneamento, incide em áreas localizadas na ZEPA-2, afim de garantir desenvolvimento, utilização, preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas em parceria com a iniciativa privada.

- SEAV



Situação Proposta

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USOS	HIERARQUIA VIÁRIA		
	VIA LOCAL	VIA COLETORA	
USOS PERMITIDOS	H1, H2, H3, CG/SG < 500 m ² HT, ASP, EXT, IND1	H1, H2, H3, CG/SG CE/SE, HT, ASP, EXT, IND1	
USOS PERMITIDOS COM APROVAÇÃO DA	SEMAM: CE/SE < 500 m ²	SEMOB: Usos não habitacionais ou mistos Usos habitacionais com mais de 100 UH HT com mais de de 100 quartos	
USOS PERMITIDOS COM COMPROVAÇÃO DE VIABILIDADE POR EIV	-	Conforme legislação específica	
USOS NÃO PERMITIDOS	IND2 (permitido apenas nas ZI-1 e ZI-2) IND3 (permitido apenas na ZI-1), empreendimentos de impacto, CS > 500 m ² Uso habitacional nas ZI-1, ZI-2 e ZCS-7 HT com mais de 100 quartos	IND2 (permitido apenas nas ZI-1 e ZI-2) IND3 (permitido apenas na ZI-1) Uso habitacional nas ZI-1, ZI-2 e ZCS-7	

	VIA ARTERIAL	VIA EXPRESSA
	H1, H2, H3, H4, ASP, EXT CG/SG, CE/SE, HT, IND1	H1, H2, H3, H4, ASP, EXT CG/SG, CE/SE, HT, IND1
	SEMOB: Usos não habitacionais ou mistos Usos habitacionais com mais de 200 UH HT com mais de 150 unidades	SEMOB: Uso não habitacional ou misto com área superior a 2.000 m ²
	Conforme legislação específica	Conforme legislação específica
	IND2 (permitido apenas nas ZI-1 e ZI-2) IND3 (permitido apenas na ZI-1) Uso habitacional nas ZI-1, ZI-2 e ZCS-7	IND2 (permitido apenas nas ZI-1 e ZI-2) IND3 (permitido apenas na ZI-1) Uso habitacional nas ZI-1, ZI-2 e ZCS-7

OBSERVAÇÕES

- * A hierarquização viária considerada será aquela constante na Lei do Sistema Viário.
- * O uso Agrossilvipastoril será permitido apenas nas zonasconfrontantes com a ZBD, na ZBD e na ZEPA-2.
- * O uso Extrativista será permitido apenas na ZBD, ZEPA-2, ZI-1 e ZH-2 (para ZH-2, apenas na Ilha do Bispo e nos lotes confrontantes com a ZBD).
- * Na ZEPA-1, os usos serão permitidos de acordo com os planos de manejo específicos, quando couber.
- * Para todos os usos na ZEPA-2 e ZEPA-3, é necessário apresentar os estudos ambientais específicos, conforme determinação do órgão competente.
- * Fica proibido nas ZEPAs o uso para postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, serviço de lavagem de veículos e cemitérios.
- * Fica proibido na Poligonal do Centro Histórico o uso para postos de abastecimento de combustível. Lei específica poderá estabelecer outras áreas com proibição desse uso.
- * A aprovação dos usos instituições de ensino de qualquer modalidade, farmácias, templos religiosos, supermercados, centros comerciais e postos de abastecimento de combustível sempre será vinculada à aprovação da SEMOB, ou apresentação de EIV, quando for o caso.
- * Os usos permitidos na ZDTRL e na ZDTRS são, apenas, aqueles vinculados aos sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de água ou ao aterro sanitário, a serem aprovados pelo CDU.
- Na ZCS-6 somente serão permitidos os usos HT e os usos de comércio e/ou serviços relacionados ao turismo e de seu apoio, a serem classificados por ato do Poder Executivo Municipal, independente da hierarquização viária.
- Na ZBD não serão permitidos os usos H3, IND-2 e IND-3. Os usos de Comércio e Serviço com mais de 500m² (quinhentos metros quadrados) de área total construída serão permitidos com aprovação da SEMAM e da SEMOB.

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

PARÂMETRO		ZONA				
		ZCS-1	ZCS-2	ZCS-3	ZCS-4	ZCS-5
ALTURA MÁXIMA		(H)	(H)	(F) (H)	(H)	(F)
TAXA DE OCUPAÇÃO (%)		80	70	65	65	50
TAXA DE ÁREA VERDE (%)		5	10	5	10	10
TAXA DE ÁREA PERMEÁVEL (%)		5	5	5	5	25
RECUOS MÍNIMOS	FRONTAL (m) (A)	0,00	5,00	5,00	5,00	10,00
	LATERAL (m) (B)	0,00	até o 2º = 0,00 3º e 4º = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 2º = 0,00 3º e 4º = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 2º = 0,00 3º e 4º = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	5,00
	FUNDO (m) (C)	2,00	até o 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 2º = 2,00 3º e 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	5,00
(K) LOTE MÍNIMO (m²)		200	300	200	360	1.000

	ZCS-6	ZCS-7	ZEPA-1	ZEPA-2 (I)	ZEPA-3 (I)
	(F)	-	(F) (H)	(F) (H)	4 PV (F) (H)
	30	65	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	40	50
	15	10	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	10	10
	30	10	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	40	10
	10,00	8,00	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	10,00	10,00
	8,00	4,00	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	5,00	até o 2º = 1,50 3º e 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]
	8,00	4,00	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	5,00	até o 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]
	10.000	2.500	De acordo com os planos de manejo específicos, quando aplicável	2.500	600

OBSERVAÇÕES

(A) Para o uso H1 será permitida Taxa de Ocupação de até 60% (sessenta por cento).

(B) O uso H3, quando situados nas vias locais e coletoras, poderá utilizar os seguintes parâmetros:

- até 3PV: TO máx = 50% | TAP mín = 5% | RFT mín = 5,00 | RL mín = 1,50 | RFD mín = 2,00;
- até 4PV ou 4PV + CT: TO máx = 55% | TAP mín = 5% | RFT mín = 5,00 | RL mín = 1,50 | RFD mín = 3,00.

(C) Lotes com frente para rodovias deverão respeitar recuo frontal mínimo de 10,00m (dez metros).

(D) Permitida a colagem lateral de até 50% (cinquenta por cento) no pavimento térreo para os todos usos, com altura máxima regulamentada no COE.

(E) Permitida a colagem de fundos de até 60% (sessenta por cento) no pavimento térreo para o uso H1, com altura máxima regulamentada no COE.

(F) Observar a restrição de altura na faixa de 500 (quinhentos metros) da orla.

(G) Para o uso H2 será permitida Taxa de Ocupação de até 60% (sessenta por cento).

(H) Altura deve seguir as definições de IPHAN e IPHAEP (poligonal tombada do Centro Histórico e do Sítio Paisagístico do Cabo Branco). **(I)** Para todos os usos na ZEPA-2 e ZEPA-3 é necessário apresentar estudos ambientais, exceto para os usos H1 e H2.

(J) Nos lotes regularizados (anteriormente à vigência desta Lei) com área inferior a 2.000m² (dois mil metros quadrados) os recuos frontal, lateral e de fundo mínimos serão de 5,00m (cinco metros).

(K) Parâmetro de parcelamento do solo, válido apenas para novos projetos

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

PARÂMETRO		ZONA				
		ZH-1	ZH-2 (G)	ZH-3	ZH-4	ZH-5
ALTURA MÁXIMA		(F)	(H)	(F)	(F) (H)	(F) (H)
TAXA DE OCUPAÇÃO (%)		50	55	50	50	50
TAXA DE ÁREA VERDE (%)		10	10	5	15	15
TAXA DE ÁREA PERMEÁVEL (%)		10	5	5	15	20
RECUOS MÍNIMOS	FRONTAL (m) (A)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	LATERAL (m) (B)	Até o 3º = 1,50 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 3º = 1,50 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 3º = 1,50 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 3º = 2,00 4º = 4,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]	até o 2º = 1,50 3º e 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
	FUNDO (m) (C)	até o 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]	até o 2º = 2,00 3º e 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 4º = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até o 4º = 3,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]	até o 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]
(K) LOTE MÍNIMO (m²)		360	200	450	450	450

	ZI-1	ZI-2	ZBD (J)	ZDTR	SEAV
	-	-	2 PV	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	-
	50	50	10	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	40
	10	10	-	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	15
	10	10	80	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	15
	6,00	6,00	10,00	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	5,00
	3,00	3,00	10,00	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	até o 3º = 1,50 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]
	3,00	3,00	10,00	Usos relacionados à implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos	até o 2º = 2,00 3º e 4º = 3,00 DE = 3,00 + [(N - 4) x 0,30]
	1.000	1.000	20.000	Conforme às estruturas necessárias e aos projetos aprovados	200

SIGLAS

ASP	Agrossilvipastoril
CE/SE	Comércio especial e serviço especial
CG/SG	Comércio geral e serviço geral
CS	Comércio e serviço
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EXT	Extrativista
H1	Habitação unifamiliar
H2	Habitação bifamiliar
H3	Habitação multifamiliar
HT	Hotelaria
IND1	Indústria 1
IND2	Indústria 2
IND3	Indústria 3
DE	Demais pavimentos
N	Número de pavimentos
PV	Pavimento
SEAV	Setor Especial de Área Verde
TE	Térreo (1º pavimento)
ZBD	Zona de Baixa Densidade
ZCS	Zona de Comércio e Serviço
ZDTR	Zona de Deposição e Tratamento de Resíduos
ZEPA	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZH	Zona Habitacional
ZI	Zona Industrial

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O ordenamento territorial também dispõe de instrumentos urbanísticos para facilitar a aplicação da legislação e melhor direcionar o desenvolvimento urbano. A aplicação dos instrumentos, baseada no Estatuto da Cidade (Lei Federal N.º 10.257/2001), visa garantir a **função social da cidade e da propriedade**.

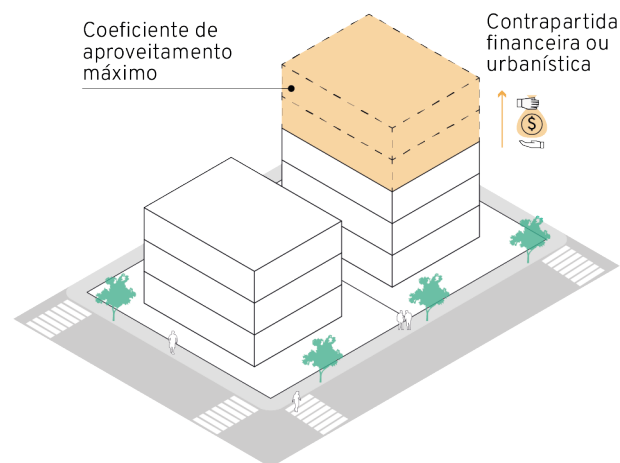
Na sequência, são indicados os instrumentos propostos para implementação no município:

- Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)
- Transferência do Direito de Construir (TDC)
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo
- Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública
- Desapropriação

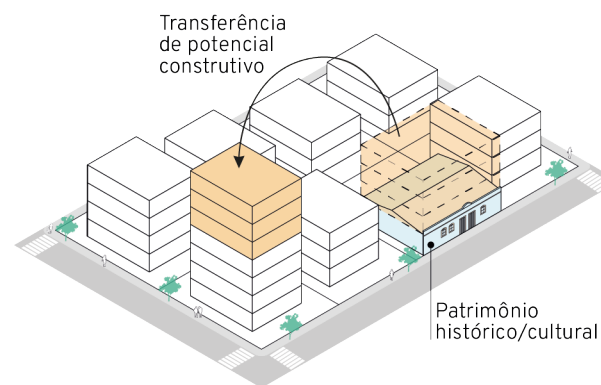
Outorga Onerosa do Direito de Construir

Permite a construção acima do coeficiente básico de aproveitamento nas Macrozonas Adensáveis (MAD), a partir da **compra de potencial construtivo**, possibilitando atingir o coeficiente de aproveitamento máximo. A aplicação desse instrumento ajuda a equalizar os ônus e bônus do sistema urbano.



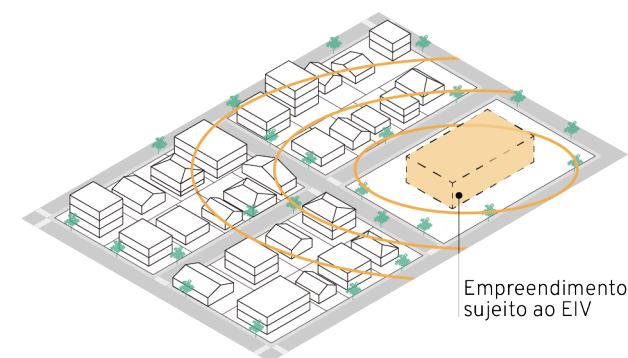
Transferência do Direito de Construir

Possibilita ao proprietário de imóvel público ou privado exercer em outro local o direito de construção previsto ao seu lote. Pode ser aplicado em lotes atingidos pelas **zonas de preservação ambiental** e em edificações tombadas como **patrimônio histórico, paisagístico, social ou cultural**.



Estudo de Impacto de Vizinhança

Auxilia na gestão das zonas, com o intuito de vincular a implantação dos usos a partir do **impacto**, tanto positivo quanto negativo, que eles produzem no território. A depender do uso e da zona, o instrumento é utilizado para garantir a tomada de decisão sobre o controle e gestão do território.



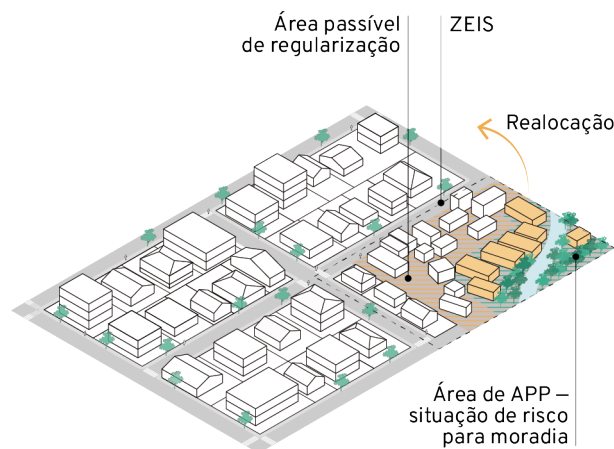
- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)
- Fruição Pública
- Território de Estruturação e Requalificação (TER)
- Direito de Preempção
- Direito de Superfície

- Tombamento
- Plano de manejo de Unidades de Conservação (UC)
- Plano de uso dos parques municipais
- Estudos ambientais
- Arrecadação de bens abandonados

- Operações Urbanas Consorciadas (OUC)
- Consórcio imobiliário

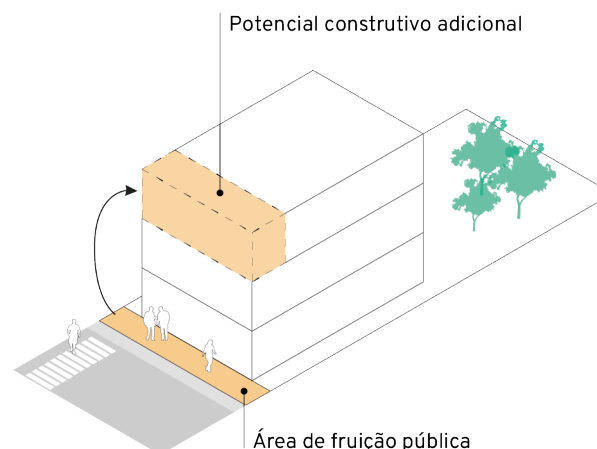
Zonas Especiais de Interesse Social

A demarcação das ZEIS visa proporcionar áreas para habitação de interesse social. Podem ser estabelecidas tanto em **áreas já ocupadas**, nas quais forem verificadas precariedade de infraestrutura e irregularidades urbanísticas, quanto em **áreas não ocupadas**, prevendo a promoção da habitação popular.



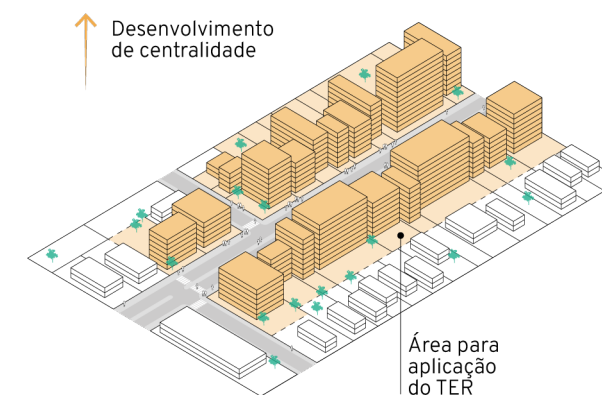
Fruição pública

Corresponde às áreas particulares que são integradas às vias públicas, sendo destinadas à ampliação das áreas de circulação de pedestres junto ao logradouro. Esse instrumento poderá ser utilizado em toda a cidade e garantirá ao proprietário áreas adicionais de construção acima do índice de aproveitamento básico.



Território de Estruturação e Requalificação

Permite definir áreas que se sobrepõem ao zoneamento, possibilitando a utilização de outros índices de ocupação, com o objetivo de estabelecer meios e medidas indutores ao desenvolvimento urbano, bem como novas centralidades e subcentralidades no território.





FASE IV PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Na Fase IV do processo de revisão do PDMJP, as diretrizes e propostas estratégicas elaboradas na Fase III foram sistematizadas no Plano de Ação e Investimentos (PAI), e também foram elaboradas as minutas de legislação para a institucionalização da revisão do PDMJP.

Na construção do PAI, foram definidas as ações estratégicas para alcançar os objetivos de cada uma das diretrizes — esse trabalho foi segmentado também nos oito eixos temáticos definidos. Para cada uma das ações, foram definidos: metas; nível de prioridade; prazos de execução; localização; custos estimados; fontes de financiamento; agentes responsáveis; e indicadores de monitoramento. Essa sistematização permite o acompanhamento, pelo Poder Público, da implementação das políticas propostas na revisão do PDMJP.

Ainda nessa fase, foi revisada a legislação que trata do planejamento urbano, buscando dar mais clareza e transparência à legislação vigente — composta principalmente pela Lei do Plano Diretor (Lei Municipal N.º 03/1992), pelo Código de Urbanismo (composto por uma série de leis, decretos e portarias) e pelo Código de Obras, que data de 1970.

O longo período sem uma atualização geral, somado à grande quantidade de alterações feitas por atos esparsos, trouxe falta de clareza e conflitos, gerando dificuldade de aplicação por parte dos técnicos municipais, além de insegurança jurídica aos interessados. Assim, as revisões propostas buscaram solucionar tais conflitos e preparar João Pessoa para os desafios do futuro.

Os materiais aqui desenvolvidos compõem o **Produto P6 — PAI e a institucionalização do PDM**. Além deste, também foi entregue o **Relatório R4**, referente ao registro de eventos participativos da fase.

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

O Plano de Ação e Investimento (PAI) consiste na síntese e nos **detalhamentos das ações estratégicas** prioritárias a serem adotadas pelo município, de modo a garantir a implementação das diretrizes e propostas estratégicas elaboradas na Fase III, visando ao desenvolvimento municipal e em concordância com os princípios de desenvolvimento sustentável e os objetivos desta revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa.

O PAI deverá orientar as **ações e os investimentos prioritários municipais** para os próximos anos, sendo necessária a sua incorporação aos principais instrumentos orçamentários do município — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) —, conforme preconiza, em nível federal, a Constituição e o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001), e, em nível estadual, a Constituição do Estado da




Paraíba.
O PAI dispõe do detalhamento das ações estratégicas definidas para cada uma das **34 diretrizes** elaboradas na Fase III e suas respectivas propostas estratégicas para os oito eixos temáticos. Na sequência deste capítulo, está apresentada a versão sintetizada do PAI, com as principais ações de cada eixo.

Número da diretriz	Definida na Fase III da revisão do PDMJP	Relacionadas ao cumprimento da diretriz especificada	Foco da diretriz, realizado nas ações estratégicas	Específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e definidas no tempo	Organiza as ações em prioridade de implantação, categorizando-as em alta ou média prioridade
EIXO TEMÁTICO					
00	DIRETRIZ:				
	OBJETIVO:				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	METAS PREVISTAS	PRIORIDADE	PRAZOS DE EXECUÇÃO		

- Ambiental
- Econômico
- Social
- Infraestrutura
- Gestão

- Mobilidade
- Urbanismo e habitação
- Articulação metropolitana

PRAZO DE EXECUÇÃO

-  **Curto**
Até 3 anos
-  **Médio**
De 4 a 7 anos
-  **Longo**
A partir de 8 anos

CUSTOS ESTIMADOS

-  Até R\$ 500.000
 -  De R\$ 500.000 a R\$ 3.000.000
 -  De R\$ 3.000.000 a R\$ 20.000.000
-  De R\$ 20.000.000 a R\$ 100.000.000
 -  Acima de R\$ 100.000.000

Tempo previsto para o início e a execução das referidas ações

Local para implantação da ação prevista

Investimentos estimados necessários para a execução das ações

Procedência dos recursos a serem utilizados na implementação das ações

Principais agentes que executarão a ação


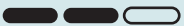

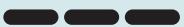

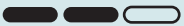
Mensura a realização das ações propostas em relação ao seu planejamento

	LOCALIZAÇÃO	CUSTOS ESTIMADOS	FONTE(S) DE FINANCIAMENTO	RESPONSÁVEIS	INDICADOR DE MONITORAMENTO

EIXO AMBIENTAL	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
Resolução e mitigação de problemas, conflitos e impactos ambientais existentes.	Realizar a limpeza das calhas dos corpos hídricos com maior frequência temporal, incluindo maior número de cursos hídricos.
	Executar, em parceria entre empresas e o Poder Público, a recuperação de áreas degradadas.
	Remover, de forma gradual e negociada, as edificações em áreas de risco de enchentes e de inundações com posterior replantio de espécies nativas da Mata Atlântica.
Aperfeiçoamento e complementação do planejamento ambiental municipal.	Ampliar o Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP) no município, visando a integração de parques, praças, coberturas vegetais e percursos, especialmente na área urbana consolidada.
Complementação da regulação e do gerenciamento ambiental.	Prever a execução de monitoramentos ambientais de qualidade do ar, do solo e da água, bem como a elaboração e a execução de pequenos projetos hidroambientais no âmbito do licenciamento ambiental e urbanístico de empreendimentos potencialmente poluidores.
Democratização e parcerias na gestão ambiental .	Fomentar parcerias com órgãos estatais, empresas e instituições de ensino para a realização de monitoramento ambiental a partir do acompanhamento sistemático (implantação de estações) ou eventual (campanhas específicas) da qualidade da água, do solo e do ar, incluindo o ruído ambiental.
Promoção da fiscalização e acompanhamento ambiental municipal.	Priorizar a fiscalização ambiental de usos e atividades potencialmente poluidoras, como estabelecimentos com captações individuais de água, estabelecimentos com lançamento de efluentes fora da rede geral, indústrias emissoras de efluentes líquidos ou gasosos, e atividades que emitem ruídos ou que atraem o tráfego de veículos pesados.
Fortalecimento e direcionamento da educação ambiental.	Desenvolver programas específicos de conscientização da população sobre a importância de conservar os leitos de rios, matas ciliares, áreas permeáveis e arborização urbana.

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■■■○	\$\$\$\$	Defesa Civil, SEMAM e SEINFRA
■■■○	\$\$	SEMAM, SEPLAN e outras, caso necessário
■■○○	\$\$\$	SEMAM, SEMHAB, SEPP, PROGEM e outras, caso necessário
■■■■	Administrativos	SEMAM e SEPLAN
■■■■	\$\$	SEMAM e SEPLAN
■■■○	Administrativos	SEMAM, SEMHAB, SEPLAN e SEPP
■■■○	Administrativos	SEMAM, SEMOB, SEPLAN e CAGEPA
■■■○	Administrativos	SEMAM, SEDEC, EMLUR e SEPP

EIXO ECONÔMICO	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana de João Pessoa.	Desenvolver o Plano de Segurança Alimentar de João Pessoa, tendo como referência a abordagem da agricultura urbana e periurbana, e sendo orientado pela Lei N.º 12.515/2013, que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, e pelo Projeto de Lei N.º 353/2017, em trâmite no Congresso Nacional, que visa estabelecer normas gerais sobre agricultura urbana sustentável.
Promoção de iniciativas de empreendedorismo, inclusive em espaços especializados para essas iniciativas.	Incentivar iniciativas de economia criativa, mantendo João Pessoa na Rede de Cidades Criativas da UNESCO.
	Incentivar e apoiar tecnicamente empreendimentos informais, a exemplo das associações de catadores e centros de triagem de lixo reciclável como forma de agregar valor aos resíduos sólidos e gerar emprego e renda.
Criação de um Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde na malha urbana de João Pessoa, no arco Jaguaribe-Torre, com base nos empreendimentos de prestação de serviços de saúde já existentes nessa região	Implantar o Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde (<i>knowledge location</i>) na malha urbana do município de João Pessoa, no arco Jaguaribe-Torre, com base nos empreendimentos de prestação de serviços de saúde já existentes na região, em articulação com a UFPB, o IFPB e a SECITEC. Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU) são os estudos técnicos necessários para a promoção do ordenamento e da reestruturação urbana em áreas com potencial de transformação na cidade.
Fomento da atividade turística ou da economia do turismo no município.	Explorar o potencial turístico do Centro Histórico por meio de sua conservação e valorização, criando o Programa de Recuperação do Centro Histórico, com a previsão de pacotes de obras em áreas públicas, agenda de eventos e aplicação de instrumentos urbanísticos específicos.
Resguardo da inserção urbana do Distrito Industrial de João Pessoa e melhoria nas condições de sua infraestrutura.	Melhorar a infraestrutura logística do Distrito Industrial (acessibilidade, telecomunicações etc.).

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
	Administrativos	SEDEST, SEDES e SEPP
	Administrativos	SEDEST, com o apoio de outras secretarias municipais e do SEBRAE, dos governos estadual e federal e da UNESCO
	Administrativos	SEDEST, SEMAM, EMLUR, SEPLAN e SEDURB
	A depender de projetos específicos	SEDEST, SMS, SECITEC e SEPLAN
	Definidos para cada pacote de obras, a ser estimado dentro do Programa de Revitalização	SETUR, SEPLAN (COPAC), SEDEST, SEMOB, SEDURB, IPHAEP e IPHAN
	A depender de projetos específicos	SEPLAN, SEINFRA, SEMOB, SECITEC e SEDEST

EIXO SOCIAL	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
Qualificação dos serviços sociais	Descentralizar os serviços da etapa da creche da educação infantil, implantar novos equipamentos e ampliar a cobertura de atendimento escolar.
	Descentralizar os serviços do nível de Atenção Primária à saúde, implantar novas USFs e ampliar a cobertura de atendimento da população populacional.
	Descentralizar os serviços socioassistenciais do nível da proteção social básica, implantar novos equipamentos e ampliar a cobertura de atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.
	Descentralizar os serviços de segurança pública, implantar novas bases permanentes da Guarda Civil Municipal e ampliar a cobertura de atendimento populacional.
	Descentralizar os serviços culturais, desportivos e de lazer, implantar novos espaços e equipamentos de caráter local e cotidiano, promover o acesso e ampliar a cobertura do atendimento populacional.
	Qualificar com materiais e mobiliários os espaços e equipamentos comunitários e sociais.
	Contratar novos profissionais e promover cursos periódicos de capacitação das equipes técnicas dos serviços sociais.
	Realizar a manutenção periódica dos espaços e equipamentos comunitários e sociais.
	Adequar e implantar sistemas de informatização de equipamentos e serviços sociais.

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■ ○ ○	\$\$\$\$	SEDEC, SEPLAN e SEINFRA
■ ○ ○	\$\$\$\$	SMS, SEPLAN e SEINFRA
■ ○ ○	\$\$\$	SEDES, SEDHUC, SEPP, SEPLAN e SEINFRA
■ ■ ○	\$\$ / unidade	SEMUSB, SEPLAN e SEINFRA
■ ■ ○	\$\$\$\$	SEDEC, SEJER, SEPLAN, SEINFRA e SEPP
■ ■ ○	Administrativos	SEDEC, SMS, SEDES, SEJER, SEPLAN, SEINFRA e SEAD
■ ■ ■	Administrativos	SEDEC, SMS, SEDES, SEJER, SEPLAN, SECITEC e SEAD
■ ○ ○	Administrativos	SEDURB, SEPLAN e SEINFRA
■ ■ ○	Administrativos	SEAD, SEDEC, SMS, SEDES, SEJER, SEPLAN, SEINFRA e SECITEC

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
Melhorar a estrutura do sistema de abastecimento e tratamento de água e universalizar o acesso à água potável.	Ampliar as unidades de tratamento do Sistema de Abastecimento de Água (SAA).
	Criar mecanismos de proteção e de controle dos mananciais superficiais e subterrâneos.
Aumentar a capacidade de carga do sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário.	Atualizar o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.
	Reformar e modernizar as ETES, a rede do SES e as estações elevatórias.
Reduzir o lançamento indevido de esgoto e resíduos sólidos na rede de drenagem urbana de água pluvial, e melhorar o sistema de drenagem existente.	Ampliar o índice de permeabilidade do solo em áreas urbanas no geral, desenvolvendo projetos de pavimentação alternativa ao asfalto, por exemplo.
Reduzir as ocorrências de enchentes e inundações e o impacto dos deslizamentos, principalmente em áreas de alta declividade.	Ampliar construções populares e transferência das comunidades em áreas de risco de deslizamento.
	Recuperar áreas degradadas pela ocupação irregular.
Ampliar o atendimento da rede pública de coleta seletiva de resíduos sólidos.	Realizar a coleta seletiva em parceria com os catadores de resíduos recicláveis.
Buscar projetos, fundos e programas que auxiliem no custeio do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos, e na adequação da taxa cobrada.	Tratar com órgãos estaduais e nacionais sobre a possibilidade de arrecadação de fundos para a implementação de sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■■■○	\$\$\$\$\$	CAGEPA, monitorada por SEINFRA e SEPLAN.
■■○○	\$\$\$\$	Governo do Estado e prefeituras da RMJP
■■○○	\$\$	SEMAM e SEPLAN
■■■○	\$\$\$	CAGEPA, monitorada por SEINFRA, SEPLAN e SEMAM.
■■■■	Administrativos	SEINFRA, SEPLAN e SEMAM
■■■○	\$\$\$\$\$	SEPLAN e SEMHAB
■■■■	\$\$\$	SEPLAN, SEMAM e SEINFRA
■■○○	\$\$\$	SEMAM e EMLUR
■■■○	Administrativos	SEMAM, EMLUR e CAGEPA

EIXO GESTÃO	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
<p>Instituição do Sistema Municipal de Planejamento de João Pessoa.</p>	<p>Implantar o Cadastro Técnico Geoprocessado Multifinalitário para o devido reconhecimento do território.</p>
	<p>Garantir meios administrativos, financeiros, operacionais e políticos para o controle e a gestão do uso do solo, assim como para a implantação das ações priorizadas pelo plano diretor.</p>
	<p>Possuir um quadro técnico em quantidade e qualidade suficiente para realizar as ações necessárias, construído, principalmente, a partir de concursos públicos para a captação de profissionais de alta formação técnica.</p>
	<p>Realizar o monitoramento e o controle do PAI, garantindo a sua publicização junto à população de João Pessoa e ao CDU.</p>
<p>Consolidação do Conselho de Desenvolvimento Urbano como espaço democrático de decisão sobre a política de desenvolvimento urbano, apoiando a garantia da gestão democrática na elaboração, na revisão e na implantação do Plano Diretor e das políticas dele derivadas.</p>	<p>Ampliar a participação social no CDU, visando garantir a gestão democrática do espaço urbano.</p>
	<p>Realizar conferências, debates, reuniões e audiências públicas para a elaboração e a implantação da política de desenvolvimento urbano.</p>
	<p>Garantir a publicidade sobre os atos públicos para a tomada de decisão e na prestação de contas, utilizando os meios de comunicação disponíveis e de mais fácil acesso da população.</p>
	<p>Estabelecer campanhas educativas sobre os processos de planejamento urbano e territorial para facilitar a participação da população no processo decisório.</p>

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■ ○ ○	Administrativo	SEPLAN
■ ■ ○	Administrativos	SEGGOV, SEAD e SEPLAN
■ ■ ○	Administrativos	SEGGOV, SEAD, SEDEC e SECITEC
■ ○ ○	Administrativos	SEPLAN
■ ○ ○	Administrativos	SEPLAN, SEPP e SECOM
■ ■ ○	Administrativos	SEPLAN, SEPP e SECOM
■ ○ ○	Administrativos	SEPLAN, SEPP e SECOM
■ ■ ○	Administrativos	SEPLAN, SEDEC, SEPP e SECOM

EIXO MOBILIDADE	
DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
Promoção da conectividade do sistema viário.	Transformar a BR-230 em uma importante avenida urbana de ligação entre os bairros e a região metropolitana, priorizando o transporte público coletivo.
	Reduzir o fluxo de veículos, em especial os de grande porte, e resguardar a área da falésia do bairro Cabo Branco.
	Melhorar a infraestrutura das principais vias de tráfego da cidade, com foco no transporte público coletivo.
Incentivo ao uso de modais ativos nos deslocamentos intraurbanos.	Promover a manutenção e a construção de calçadas.
	Melhorar a capacidade de tráfego das vias, reduzir os conflitos de trânsito e garantir as condições de segurança para a circulação de pedestres e ciclistas.
Incentivo à priorização ao uso de transporte público coletivo.	Melhorar o atendimento do sistema de transporte público coletivo às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
	Ampliar o atendimento do sistema de transporte ferroviário de passageiros e integrá-lo ao sistema de transporte público coletivo.
Criação de novas centralidades e fortalecer as já existentes. Incentivar o uso de modais ativos e do transporte público coletivo na região do Centro Histórico.	Garantir a proteção ao patrimônio histórico e cultural por meio da regulamentação da proibição da circulação de determinados veículos e dos estacionamentos de carga e descarga.
	Incentivar o uso do modal ativo e do transporte público coletivo no Centro Histórico.

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■■■	\$\$\$\$\$	SEMOB, SEPLAN, SEGGOV, governos federal e estadual
■■■	\$\$\$	SEMOB
■■○	\$\$ / km	SEMOB
■○○	Administrativos	SEINFRA, SEDURB, SEMOB e SEPLAN
■○○	Administrativos	SEMOB e SEPLAN
■○○	\$	SEMOB
■■○	Administrativos	SEMOB, SEPLAN, SEGGOV, governos federal e estadual
■■■	Administrativos	SEMOB
■■■	A depender de projeto específico	SEMOB e SETUR, quando couber






EIXO URBANISMO E HABITAÇÃO

DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
<p>Adequação da legislação urbanística para melhorar o controle do território, sob os princípios da transparência, da eficiência administrativa e do desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Elaborar campanhas informativas sobre a legislação urbanística municipal de forma a padronizar o seu entendimento, e contribuir para que a população a conheça e a fiscalize, garantindo assim a sua boa aplicação.</p>
<p>Atuação na fiscalização, na prevenção e na mitigação de riscos na aplicação da legislação urbanística.</p>	<p>Manter uma equipe qualificada e em quantidade adequada ao cumprimento das ações de fiscalização das posturas municipais e legislação urbanística.</p>
<p>Ordenamento do uso e ocupação do território municipal de forma a garantir a qualidade de vida da população e o desenvolvimento das atividades humanas plenas e sustentáveis.</p>	<p>Distribuir a ocupação da população e das atividades humanas, a depender da capacidade de suporte do território, no que diz respeito às infraestruturas urbanas já existentes, ou na viabilidade da sua implantação.</p>
<p>Atuação na preservação do patrimônio histórico e cultural.</p>	<p>Elaborar um programa municipal de preservação do Centro Histórico, em conjunto com os órgãos públicos, sociais e privados, e em consonância com a legislação existente sobre o tema.</p>
<p>Garantia da função social da propriedade.</p>	<p>Garantir a realocação de famílias em áreas de risco.</p>
	<p>Garantir a implantação das infraestruturas urbanas nas áreas de ZEIS.</p>
<p>Garantia do direito à moradia digna.</p>	<p>Estabelecer um programa de produção de moradia de interesse social para combater o déficit habitacional, priorizando a ocupação dos vazios urbanos integrados ao tecido existente e em condições de habitabilidade.</p>

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
■■■	Administrativos	SEPLAN, SEGGOV e SECOM
■□□	Recursos ordinários	SEAD e SEPLAN
■■■	Administrativos	SEPLAN, SEDEST, SEMOB, SEINFRA e CAGEPA
■□□	Administrativos	SEPLAN (COPAC), SEDURB, IPHAEP e IPHAN
■■■□	A depender de projetos específicos	SEM HAB, SEMAM, SEPLAN, SEDHUC, SEDES e SEPP
■■■□	Administrativos	SEPLAN, SEINFRA e SEM HAB
■■■	Administrativos	SEM HAB, SEPLAN, SEDURB, SEDHUC, SEDES e SEPP

EIXO ARTICULAÇÃO METROPOLITANA

DIRETRIZ	AÇÃO ESTRATÉGICA
<p>Fomento e apoio à organização metropolitana, formulação e manutenção de uma agência metropolitana, realização do Plano Metropolitano e definição adequada do recorte territorial.</p>	<p>Empregar esforços para uma organização dos municípios metropolitanos, no sentido de sensibilizar os integrantes da atual região metropolitana e, assim, iniciar tratativas para melhorar a definição de sua composição.</p>
	<p>Envidar esforços para a organização de uma agência metropolitana de forma interfederativa, em conjunto com o governo estadual e os outros municípios.</p>
	<p>Empregar esforços para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de João Pessoa.</p>
<p>Ação técnica, política e financeira para a implantação de programas, projetos e obras segundo os interesses político-metropolitanos e da coletividade.</p>	<p>Apoiar o Plano Estadual de Parcerias Público Privadas da Paraíba, o qual prevê obras de interesse metropolitano.</p>
	<p>Assegurar a continuidade do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal para a gestão do Aterro Sanitário Metropolitano, a partir de ações como o Plano de Ação João Pessoa Sustentável.</p>

PRAZO DE EXECUÇÃO	CUSTO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
	Administrativos	SEGGOV, SEPLAN e SEMOB
	Administrativos	SEGGOV, SEPLAN e SEMOB
	Administrativos	SEGOV, SEPLAN e SEMOB
	Administrativos	SEGOV, SEPLAN e SEMOB
	Administrativos	SEGGOV, SEPLAN, SEINFRA e EMLUR

MINUTAS DE LEI, DECRETOS E INSTRUÇÕES

A Fase IV consistiu, também, na revisão e elaboração de minutas de leis, decretos e instruções municipais que se referem à institucionalização do PDMJP, derivados do processo de construção coletiva do município. Todas as minutas serão submetidas à aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores. Essa legislação viabiliza a aplicação do plano diretor.

Dessa forma, a revisão do PDMJP envolve, também, a atualização da Lei do Plano Diretor e a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei de Parcelamento do Solo, que contemplam e atualizam a maioria dos instrumentos previstos no Código de Urbanismo, a atualização do Código de Obras e do Código de Posturas, além de elaborar e revisar leis, decretos e instruções que regulamentam os instrumentos urbanísticos e demais parâmetros.

Na sequência, estão indicadas as minutas revisadas e as novas minutas elaboradas nesta revisão do PDMJP.

- Plano Diretor
- Obras e Edificações
- Parcelamento do Solo
- Uso e Ocupação do Solo
- Atividades Econômicas e Posturas
- Meio Ambiente

Lei do Plano Diretor

- Lei do Perímetro Urbano
- Lei do Sistema Viário Municipal
- Lei do Direito de Preempção
- Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir
- Lei da Transferência do Direito de Construir
- Lei do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e IPTU Progressivo no Tempo
- Lei do Estudo de Impacto de Vizinhança

Código de Obras e Edificações (COE)

Lei de Parcelamento do Solo

- Instrução de Apresentação de Projetos de Loteamento
- Instrução de Apresentação de Projetos de Remembramento, Desmembramento e Remanejamento
- Instrução de Apresentação de Projeto de Condomínios
- Instrução de Especificações Mínimas das Obras de Infraestruturas que Deverão Ser Atendidas no Processo de Loteamento

Instrução de Apresentação de Projeto de Infraestruturas Mínimas de Loteamento

Decreto de Trâmite de Processos de Transferência de Áreas do Município

Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)

Lei de Regulação de Classificação de Usos

Decreto/Cartilha Regulamentador da Fruição Pública

Decreto de Regulamentação das Atividades de Baixo Risco

Decreto de Regulamentação de Critérios para Implantação dos Mecanismos de Contenção de Cheias para Retenção ou Detenção de Águas Pluviais

Decreto de Procedimentos Referentes à Fiscalização de Obras e de Atividades Localizados em Imóveis Particulares

Instrução de Apresentação de Projeto Arquitetônico Simplificado

Instrução de Apresentação de Projetos Arquitetônicos

Instrução de Apresentação de Projeto de Levantamento Topográfico

Lei de Regulação do Portal Eletrônico de Licenciamento Urbanístico - APROVA

Decreto de Recebimento dos Valores e Contrapartidas da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Lei de Instalação e Operação de Postos de Abastecimento de Combustíveis

Lei de Regulação de Condições das Edificações Relativas a Comércio e Venda de Combustíveis em Geral

Lei de Instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR)

Regulação do Portal Eletrônico de Licenciamento Urbanístico

Lei de Alteração da Regulamentação do Fundo de Urbanização (FUNDURB)

Lei de Alteração do Código Tributário Municipal quanto ao IPTU Progressivo

Lei de Alteração do Código Tributário quanto à isenção de IPTU para Imóveis Rurais

Lei de Alteração do Código Tributário Municipal quanto aos Tributos

Lei de Regulação de Procedimentos para Aprovação de Projetos Arquitetônicos e para a Execução de Obras e Serviços Necessários para a Minimização de Impacto no Sistema Viário decorrente da Implantação ou Reforma de Edificações e da Instalação de Atividades - Polo Atrativo de Viagem

Decreto de Regulamentação dos Parâmetros para as Habitações de Interesse Social

Decreto de Apresentação de Projetos Arquitetônicos

Decreto de Regulamentação de ETR

Código de Licenciamento de Atividades Econômicas e Posturas

Decreto da Construção e Conservação de Tapumes e de Estandes de Vendas

Lei de FoodTrucks

Lei de Parklets

Lei da Publicidade

Decreto de Concessões do Mobiliário Urbano

Decreto da Realização de Eventos

Decreto da Ocupação de Passeios e Calçadas

Lei do Uso dos Recuos Frontais por Atividades Comerciais e das Taxas de Cobrança

Lei/Decreto de Vallet

Código de Meio Ambiente

Decreto das Atividades que dispensam o Licenciamento Ambiental Municipal

Decreto das Taxas de Análise para o Licenciamento Ambiental

Decreto da Concessão de Certificado para Construções que Utilizem Potencial Construtivo Adicional Oriundo de Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal

Lei/Decreto da Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal

Decreto do Licenciamento Ambiental Municipal

Decreto do Conselho de Meio Ambiente (COMAM)

Lei do Código de Proteção dos Animais

Decreto do Fundo do Meio Ambiente

Decreto dos Parâmetros para Gradação dos Valores das Multas

Lei da Outorga Onerosa Ambiental

Decreto do Procedimento de SEAV





Orla de Cabo Branco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Sumário Executivo apresentou a síntese do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP). Nele, foram expostas a metodologia utilizada, o diagnóstico municipal, as propostas que nortearam a revisão e os produtos finais da mesma, com as minutas de lei elaboradas e revistas e o Plano de Ação e Investimentos (PAI). As informações e os mapeamentos na íntegra podem ser consultados nos relatórios e produtos técnicos disponíveis no site www.pdjp.com.br.

O município de João Pessoa passou por um grande crescimento populacional entre os anos 2000 e 2023, que não foi acompanhado por um adequado ordenamento territorial. O cenário de expansão desordenada, aliado à defasagem da legislação municipal, evidencia a necessidade da atualização do plano diretor, o principal instrumento de gestão urbana.

O processo de revisão, conforme preconiza o Estatuto da Cidade, foi construído com intensa participação da população pessoense e dos técnicos da Prefeitura e de outros órgãos públicos das diversas esferas de poder. Tal aspecto permitiu que a leitura do município e as propostas construídas abrangessem as mais diversas percepções do município, garantindo o planejamento de uma cidade mais democrática e justa aos seus cidadãos.

Para a efetivação das diretrizes e dos objetivos desta revisão do PDMJP, será necessária a implementação das ações previstas no PAI, relacionadas às leis orçamentárias municipais, promovendo o ordenamento territorial, o desenvolvimento sustentável de João Pessoa e a melhoria da qualidade de vida da população. Devido à sua importância, o PAI apresenta indicadores de monitoramento que deverão ser controlados e publicados pela Diretoria de Análise e Acompanhamento da Legislação Urbanística (DAALU), permitindo a fiscalização pela população.

Conforme determina o Estatuto da Cidade, o plano diretor deverá ser revisado novamente em 10 anos, avaliando-se os objetivos alcançados e as correções necessárias, sempre com o devido processo participativo. Espera-se que o trabalho aqui apresentado contribua na sensibilização dos técnicos e gestores municipais e da população pessoense sobre a importância do planejamento urbano, de modo a garantir a implementação das ações propostas neste processo de revisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Patrícia Alonso de. **Verticalização em João Pessoa: produção do espaço e transformações urbanas**. Arqutextos, São Paulo, v. 17, maio, 2017. Disponível em: < <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/17.204/6555>>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Estatuto da Metrópole. **Lei 13.089/2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei N.º 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.html>. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. **Lei N.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Relação Anual de Informações Sociais**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Capacidade de Pagamento (CAPAG): estados e municípios**. [s.d.]b. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>>. Acesso em: 10 set. 2021.

CBTU. **Relatório de Gestão**. 2020. Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/images/gaplo/gestaoanual/gestao2020_v2.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

FIRJAN. **Índice Firjan de Gestão Fiscal 2019**. Pesquisas e Estudos Socioeconômicos, Rio de Janeiro, RJ, out. 2019. 24 p. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/8F/50/19/81/B2E1E610B71B21E6A8A809C2/IFGF-2019_estudo-completo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Estimativas da População 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: jun. 2021.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015. Ministério da Economia. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

JOÃO PESSOA. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa: Consolidação do Diagnóstico da Mobilidade**. João Pessoa, mar. 2020.

JOÃO PESSOA; ICES. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. João Pessoa, PB, 2014. 71 p. Disponível em: <<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2021.

JOÃO PESSOA; IDOM-COBRAPÉ. **Relatório final: Estudo 3 Crescimento urbano**. Diagnóstico Mudanças climáticas, riscos naturais e crescimento urbano em cidades emergentes e sustentáveis. João Pessoa, 2014.

MARQUES, David; BARROS, Betina Warmling. **O impacto da pandemia no crime e na violência no Brasil — análise do primeiro semestre de 2020**. In: FBSP, Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, FBSP: São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

PARAÍBA. PBTUR. **Indicadores Turísticos**. Paraíba: PBTUR, 2021. Disponível em: <<https://www.pbtur.pb.gov.br/indicadores-turisticos/>>. Acesso em: jun. 2021.

PARAÍBA. **Programa Estadual de Parceria Público-privada: Plano Estadual 2020/2021**. João Pessoa: Diário Oficial do Estado da Paraíba, Edição N.º 17.279, 14 jan. 2021. p. 4. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2021/janeiro/diario-oficial-14-01-2021.pdf>>. Acesso em: jun. 2021

PNUD, FJP, IPEA. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SEMOB/SEPLAN. **Consolidação do Prognóstico da Mobilidade**. Disponível em: <http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/15.-Progn%C3%B3stico_FINAL.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

SNIS. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos — 2019**. 30 nov. 2020 [atualizado em 14 dez. 2020]. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2019>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SNIS. **Série Histórica**. [s.d.] Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

REFERÊNCIAS ÍCONES

P. 19

Like. Adaptado de Gregor Kresnar de Flaticon <https://www.flaticon.com/free-icon/like_126473>

Pessoas. Adaptado de Pngwing <<https://www.pngwing.com/en/free-png-ndobu>>

Checklist. Adaptado de goodzone95 de Adobe Stock <https://stock.adobe.com/br/images/id/164723688?as_campaign=Flaticon&as_content=api&as_audience=idp&k=prancheta%20icone&as_camptype=test-newdesign-b&tduid=ce672a83a967bb483fe0dcb79bcf0031&as_channel=affiliate&as_campclass=redirect&as_source=arvato>

Megafone. Adaptado de djvstock de Vector Stock <<https://www.vectorstock.com/royalty-free-vector/megaphone-icon-communication-design-vector-9475120>>

Aperto de mão. Adaptado de Pixel Perfect de Flaticon <https://www.flaticon.com/br/icone-gratis/aperto-de-mao_493808>

P. 24

Nota. Adaptado de dinosoft de Shutterstock <<https://www.shutterstock.com/pt/image-vector/note-icon-680887843>>

Folha. Adaptado de Vexels <<https://br.vexels.com/png-svg/previsualizar/136470/logotipo-da-folha-da-natureza>>

Casa. Adaptado de Dave Gandy de Flaticon <https://www.flaticon.com/br/icone-gratis/casa_25694>

Ônibus. Adaptado de iconStocker de Vector Stock <<https://www.vectorstock.com/royalty-free-vector/bus-icon-vector-21679705>>

Hospital edifícios. Adaptado de Freepink de Flaticon <https://www.flaticon.com/free-icon/hospital-buildings_33777?term=hospital&page=1&position=13&page=1&position=13&related_id=33777&origin=tag>

Negócio Aumentar. Adaptado de Acongraphic de Png Tree <https://pt.pngtree.com/freepng/business-increase-chart_4135008.html>

P. 39

Trem. Adaptado de Symbolicons de WebToolHub <<https://icons.webtoolhub.com/icon-n31744-detail.aspx>>

REFERÊNCIAS GRÁFICOS

P. 28

IDMH Geral. Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2013).

IDMH Componentes. A partir de dados de PNUD, IPEA e FJP (2013).

Renda: sexo. A partir de dados de IBGE (2019).

Renda: cor ou raça. A partir de dados de IBGE (2019).

Renda: grupos de idade. A partir de dados de IBGE (2019).

P. 29

Habitação. A partir de dados de IBGE (2000)

Domicílios situados em aglomerados subnormais.

Adaptado de IBGE (2010).

Segurança. Adaptado de MARQUES; BARROS (2020).

P. 30

Fluxo global de turismo em João Pessoa. Adaptado de PARÁIBA; PBTUR (2021).

P. 36

Déficit habitacional. A partir de dados de SEMHAB (2021).

P. 37

Zonas Especiais de Interesse Social. A partir de dados de PMJP (2021).

P. 38

Escolhas de modais. Adaptado de JOÃO PESSOA (2020).

P. 39

Passageiros transportados. Adaptado de CBTU (2021).

P. 44

Abastecimento de água. Adaptado de SNIS. [s.d.].

Esgotamento sanitário. Adaptado de SNIS. [s.d.].

P. 45

Manejo de resíduos sólidos. Adaptado de SNIS (2019); JOÃO PESSOA (2019); ICES (2014).

Capacidade de investimentos pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Adaptado de SNIS (2019); JOÃO PESSOA (2019); ICES (2014).





Orla de Manaíra

FICHA TÉCNICA

PROJETO GRÁFICO

Ilana Kruchelski
Matheus Rocha Carneiro
Renato Stall Filho

DIAGRAMAÇÃO

Ilana Kruchelski
Gabriel Barbosa Lourenço
Matheus Rocha Carneiro
Nathaly Louise Zalkoski
Sofia de Toledo Cenci

EDIÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Ilana Kruchelski
Sofia de Toledo Cenci

REVISÃO DE TEXTO

Douglas Christofari Viero
Izabel Neves da Silva Cunha Borges

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Sérgio Luiz Zacarias
Ricardo Henrique Junior Kopietz Lopes

FOTOGRAFIAS

Matheus Rocha Carneiro

CAPA

Gabriel Barbosa Lourenço

TIPOGRAFIA

Overpass
Open Sans

Caderno impresso em
papel couchê fosco 115g



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA
A CIDADE QUE EU QUERO

